

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**“É MENINO OU MENINA?": PERFORMANCES GÊNERO DE UM
COLETIVO LGBTQIAP+ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”**

ANDERSON DOS SANTOS ALVES DE ABREU

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**“É MENINO OU MENINA?”: PERFORMANCES GÊNERO DE UM
COLETIVO LGBTQIAP+ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”**

ANDERSON DOS SANTOS ALVES DE ABREU

*Sob a Orientação da Professora
Adriana Carvalho Lopes*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Agosto de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A162" Abreu, Anderson dos Santos Alves de , 1995-
"É menino ou menina?": performances gênero de um
coletivo LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro" /
Anderson dos Santos Alves de Abreu. - Seropédica;
Nova Iguaçu, 2023.
65 f.: il.

Orientadora: Adriana Carvalho Lopes.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

1. Performances. 2. Gênero. 3. Bichas Pretas. 4.
Território. 5. Coletivo. I. Lopes, Adriana Carvalho,
1973-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO N° 917 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.053014/2023-53

Seropédica-RJ, 10 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

ANDERSON DOS SANTOS ALVES DE ABREU

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/08/2023

Membros da banca:

ADRIANA CARVALHO LOPES. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

CARLOS ROBERTO DE CARVALHO. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

JOYCE ALVES DA SILVA. Dra. UFRRJ (Examinadora Interna).

MARCOS ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO. Dr. FIOCRUZ (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 14/08/2023 11:54)
ADRIANA CARVALHO LOPES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1285421

(Assinado digitalmente em 12/08/2023 10:00)
CARLOS ROBERTO DE CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1607701

(Assinado digitalmente em 10/08/2023 18:40)
JOYCE ALVES DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROAES (12.28.01.19)
Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 15/08/2023 20:24)
MARCOS ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 834.973.077-34

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documents/index.jsp>
informando seu número: 917, ano: 2023, tipo: TERMO, data de emissão: 10/08/2023 e o
código de verificação: 4fa67e2b46

AGRADECIMENTOS

A pesquisa em questão simboliza a culminância de uma caminhada acadêmica e profissional. Felizmente, ao longo desses dois últimos anos em que estive lapidando esse projeto científico, houve muitas pessoas que me apoiaram, e me motivaram, contribuindo significativamente para a minha formação enquanto sujeito-pesquisador. Como é impossível citar todas elas, expressarei minha gratidão a algumas, em especial:

Primeiramente, à minha orientadora, Adriana Lopes de Carvalho, pelo estímulo provocador, exemplo de coragem acadêmica, desafio do olhar rigoroso e, principalmente, pela cumplicidade construída neste processo. Além de toda ajuda expressa. Bem como a professora Joyce Alves (UFRRJ) e Barbara Copque (UERJ), pelos seus exemplos de maestria, coerência e simplicidade. Sou extremamente grato por toda a orientação que recebi, seja direta ou indiretamente.

Aos companheiros e companheiras da UERJ FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, agradeço a camaradagem e acolhimento. Mais especificamente, em memória de Shelida Ayana, que fortaleceu e impulsionou-me diariamente a seguir com as pesquisas e lutas diárias, não permitindo que eu cogitasse, se quer desistir. Sendo uma grande amiga e incentivadora, que esteve comigo ao longo de toda a graduação.

Aos colegas, professores e funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Instituto Multidisciplinar, na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu. Em especial aos professores Renato Nogueira, Rosangela Malachias e Amauri Pereira. Aos colegas do grupo de pesquisa CELeC e ao Nudes, em geral. Maria José, pelo companheirismo. E a Fera Fabíola, que desde o início dessa jornada acadêmica, esteve ao meu lado refletindo sobre como pensar uma educação antirracista, através de um movimento negro educador.

A todas as pessoas que tornaram possível a existência do Coletivo “É menino ou menina?”. *Amigues* de vida, com quem tive a satisfação e a honra de pesquisar, estudar, respirar, sentir, lutar e conviver, nestes e em outros percursos.

As mulheres mais importantes da minha vida, Cleonice dos Santos, minha Bisavó. Valdeluzia Costa dos Santos, minha avó e a minha mãe Rosilene Costa dos Santos, agradeço por todo amor e carinho ao qual me cercaram, e seus ensinamentos e vivências que me conduziram até a defesa dessa dissertação e me acompanharam pelo resto da vida. Aos meus parentes e familiares, Daiane Costa, Caroline Costa, Andressa Costa, Valdenice Santos, Valdecira Santos, Valdemir Santos, Cristiane Fabricio, Monique Santos, Vanessa Santos, Anderson Silva, Luciano Costa, Nicole Ohana, Taylane Santos, Kayron Bruno, Kaylane Costa, Nicilene Costa, Diego Duarte, Sophia Ferreira, Ellen Ferreira e todos os meus primos e primas, obrigado por acreditarem no meu potencial, tornando possível essa jornada.

*Quando nós rejeitamos uma única história,
quando percebemos que nunca há apenas uma
história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos
um tipo de paraíso.*

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

ABREU, Anderson dos S. Alves. "É menino ou menina?": performances gênero de um coletivo LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro". 2023. 65 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

O objetivo central desta pesquisa é analisar performances de gênero de algumas bichas pretas da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, integrantes do coletivo negro LGBTQIAP+, chamado "É menino ou menina?" (EMM), em que fui um dos fundadores em 2020, durante a pandemia do COVID-19. Compreendemos este coletivo como um espaço de "letramento racial crítico" (FERREIRA, A. 2015), em que seus integrantes constroem performances narrativas de identidade de gênero. A performance tem como origem latina da palavra *formare*, que na tradução para nós, seria "formar, criar, dar forma". Utilizamos como metodologia a etnografia, que segundo Clifford (1998, p. 21) não é uma técnica de coleta de dados, mas uma proposta antropológica de olhar e compreender a alteridade que "está, do começo ao fim, imersa na escrita". Partindo desta perspectiva etnográfica, utilizamos como procedimentos de construção de dados, uma roda de conversa (LEVORLINI; PELICIONI 2001), e outras atividades como uma oficina e uma performance artística. Após análise, identifico as relações hierarquizantes e opressivas que se perpetuam na história de muitas bichas pretas, além de perceber as diferentes formas de opressões, e os seus *modus operandi*, apresento como resultado dessa pesquisa, estratégias de resistência da população LGBTQIAP+ e os mecanismos de todo movimento negro dando força a continuidade das atividades do Coletivo - EMM. As performances de gênero se constroem nas relações sociais, essas performances também determinam socialmente quem vive e quem morre, quem manda e quem obedece, as performances narrativas e de gênero promovem um tensionamento sobre diferentes ordens, seja no aspecto acadêmico, político, econômico ou social.

Palavras-chaves: Performance, Gênero, bichas pretas.

ABSTRACT

ABREU, Anderson dos S. Alves. “**Is it a boy or a girl?”: gender performances by an LGBTQIAP+ collective in the city of Rio de Janeiro**”. 2023. 65 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The main objective of this research is to analyze gender performances of some black fags in the city of Rio de Janeiro, more specifically, members of the black collective LGBTQIAP+, called “Is it a boy or a girl?” (EMM), in which I was one of the founders in 2020, during the COVID-19 pandemic. We understand this collective as a space for “critical racial literacy” (FERREIRA, A. 2015), in which its members build narrative performances of gender identity. Performance has the Latin origin of the word formare, which in translation for us would be “to form, create, give form”. We used ethnography as a methodology, which according to Clifford (1998, p. 21) is not a data collection technique, but an anthropological proposal to look at and understand the alterity that “is, from beginning to end, immersed in writing”. From this ethnographic perspective, we used a conversation wheel (LEVORLINI; PELICIONI 2001) as data construction procedures, and other activities such as a workshop and an artistic performance. After analysis, I identify the hierarchical and oppressive relationships that are perpetuated in the history of many black queues, in addition to perceiving the different forms of oppression, and their modus operandi, I present, as a result of this research, resistance strategies of the LGBTQIAP+ population and the mechanisms of every black movement giving strength to the continuity of the activities of the Collective - EMM. Gender performances are built in social relations, these performances also socially determine who lives and who dies, who commands and who obeys, narrative and gender performances promote tensioning on different orders, whether in the academic, political, economic or social aspect.

Keywords: Performance, Genre, Black fagots.

LISTA DE SIGLAS

- ADA** Amigos dos Amigos
ATOBA Movimento de Emancipação Homossexual
CALAS Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos
CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
COVID Coronavírus
CV Comando Vermelho
EMM È menino ou menina?
FEBF Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
FOCA Fomento a Cultura Carioca
LGBTQIAP+ Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, *queer*, intersexo, assexual, pansexual e símbolo de mais representando todos as outras possibilidades
MUHCAB Museu de História e Cultura Afro-brasileira
NuVISU Núcleo de Estudos Visuais em Periferias Urbanas
OMS Organização Mundial da Saúde
PVS Pré Vestibular Social
SMC Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro
TCP Terceiro comando puro
UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNLP Universidad Nacional de La Plata

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – “Soldado”	26
Figura 2 – “Madame Satã de Chapéu”	38
Figura 3 – 1º Encontro Coletivo EMM	58
Figura 4 – “Foto Performance I”	59
Figura 5 – “Integrantes do coletivo EMM, durante uma roda de conversa”	60
Figura 6 – “Fotoperformance II”	62
Figura 7 – “2º Encontro Coletivo EMM”	63
Figura 8 – “Programação Evento – MUHCAB”	67
Figura 9 – “É HOJE, com fundo de Madame Satã”	67
Figura 10 – “Erika Monteiro – Curadora MUHCAB”	68
Figura 11 – “Phelipe Rezende – Curador MUHCAB”	68
Figura 12 – “Stephannie Santanna – Curadora MUHCAB”	68
Figura 13 – “Exposição – Protagonismo MUHCAB”	69
Figura 14 – “Fly – Gabe Samuel Alves Performance”	70
Figura 15 – “Fly – Caten Luciano Oficina de Dança Afro”	70
Figura 16 – “Fly – Billidog e Ygor Oficina de Costura”	70
Figura 17 – “Conjunto de Imagens – Construção Faixa no MUHCAB”	71
Figura 18 – “4º Encontro do Coletivo EMM – Bar da Jura, Morro da Providência – Agenda 2023”	72
Figura 19 – “5º Encontro do Coletivo EMM – Parque Madureira”	73
Figura 20 – “Foto oficina corporatuREZA – Nane Vietais”	74
Figura 21 – Foto oficina Perna de Pau – Pedro Máximo	75
Figura 22 – Foto bate-papo História de Terreiros – Arthur Avellar de Xangô.....	76
Figura 23 – Foto da Moção Honrosa, Câmara dos Vereadores, Cidade do Rio de Janeiro, mandato Taina de Paula	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – ESCALANDO MURALHAS E ALCANÇANDO NOVOS DEBATES.....	18
1.1 QUEM ESCREVE?.....	23
1.2 MASCULINIDADES NEGRAS.....	27
1.2.1 CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO.....	30
CAPÍTULO 2 – A BABADEIRA HISTÓRIA DA BICHA MALANDRA.....	33
2.1 MADAME SATÃ.....	35
2.2 “NÃO EXISTE HIERARQUIAS DE OPRESSÕES”	39
CAPÍTULO 3 – OS EFEITOS SEMÂNTICOS DAS PERFORMANCE S DE GÊNEROS.....	43
3.1 AS DIFERENÇAS QUE NOS CONSTITUI: BICHA PRETA E NARRATIVAS.....	48
3.2 HÁ CONSTRUÇÃO DA BICHA PRETA COMO UMA IDENTIDADE POLÍTICA.....	50
CAPÍTULO 4 – ENCONTROS E DIÁLOGOS: COLETIVO EMM.....	54
4.1 PRIMEIRA RODA DE CONVERSA COLETIVO EMM.....	56
4.2 PERFORMANCE ARTÍSTICA: “MARCAS QUE TORNAM QUEM SOU....	64
4.3 OFICINA DE COSTURA: “TECENDO MEMÓRIAS ATRAVÉS DA COSTURA”	68
4.3.1 COLETIVO EMM COMO UM PROJETO PEDAGÓGICO CONTÍNUO EM ASCENSÃO.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
BIBLIOGRAFIA INTERNET.....	73
REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS	75
ANEXOS I – FOLDERS	84
ANEXOS II – FOTOS	87
ANEXOS III – FORMULÁRIOS	9

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa consiste em analisar as performances de gêneros de algumas de um grupo que se autodenomina como “bichas pretas” da cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, integrantes de um coletivo negro LGBTQIAP+, chamado “É menino ou menina?” (EMM), do qual fui um dos fundadores em 2020, durante a pandemia do COVID-19. Compreendemos esse coletivo como um espaço de “letramento racial crítico” (FERREIRA, 2015), em que seus integrantes constroem performances narrativas de identidade de gênero. Nesse estudo busco analisar as performances de gêneros, a partir de uma roda de conversa, para tanto, é importante compreender o conceito de cada termo utilizado. Etimologicamente, a palavra performance tem como origem latina da palavra *formare*, que na tradução para nós, seria “formar, criar, dar forma”. A pesquisa intitulada “‘É menino ou menina?’: Performance narrativas de Bichas Pretas integrantes de um coletivo negro LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro” se propõe desenvolver uma investigação com análise das atividades e ações realizadas pelo Coletivo (EMM).

Ao considerar que a norma lida como “padrão” pela sociedade, em geral, é a do homem branco-hétero, *cis*¹, urbano, de classe média fica perceptível que se exerce sobre as demais subjetividades “um efeito colonizador” (QUIJANO, 2005). Por essa razão é importantíssimo fomentar uma discussão que se direciona às performances narrativas marginalizadas e insurgentes. Desse modo, o coletivo EMM promoveu ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos, as orientações sexuais e as identidades de gêneros, como também estimulou um debate sobre práticas de opressão e de resistência à matriz *cis-heteronormativa*. Assim, entendemos que a análise das performances dos sujeitos do coletivo EMM poderá contribuir para construção de outras inteligibilidades, a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos que resistem a essa matriz.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender e refletir as performances narrativas das identidades de gênero constituídas em um espaço de letramento racial fomentado por integrantes do coletivo “É menino ou menina?”. Há uma urgência na compreensão de como são construídas as performances narrativas de gêneros e de sexualidades, portanto o coletivo EMM propõe uma reflexão sobre a forma como o racismo e a homofobia afetam a vida de pessoas negras LGBTQIAP+ em seus diferentes campos de atuação.

O coletivo EMM visa fomentar novas produções conduzidas por um movimento que incentiva as discussões sobre traços atravessamentos do cotidiano. Construindo novos olhares e pensando sobre como esses corpos se relacionam e interagem na cidade, além de como a sociedade lida com a movimentação deles. A real intenção é fazer ecoar a voz daqueles que, assim como eu, possuem a negritude e a homossexualidade como marcas, numa sociedade que reproduz e reforça performaticamente a ideia do “sujeito padrão”.

Os primeiros esboços relacionados à construção do coletivo EMM se deram durante o isolamento do COVID-19, início da pandemia no ano de 2020. Nesse processo, foi por meio das rodas de conversas que pautamos assuntos relacionados sobre cidadania e a construção do ser, em um país que invisibiliza a nossa existência. Assim que condicionados ao isolamento, criamos como estratégia de sobrevivência o diálogo e o compartilhamento como dispositivos de autodefesa, utilizando da tecnologia como mecanismo de acesso.

Enquanto estávamos à espera de uma solução para a situação epidemiológica mundial, criamos em nossas redes de contatos e ferramentas tecnológicas teias de articulações que conseguissem fortalecer e preservar as “escrivivências”, como propõe a escritora Conceição

¹A partir das informações do glossário de gênero, entende-se “cis” como um indivíduo que se apresenta ao

Evaristo (2022), que cunhou o termo com base na sua experiência e condição de mulher negra. Em uma sociedade moldada pelo preconceito, isso traz uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta.

Nilma Lino Gomes (2017) ao falar sobre o “movimento negro educador”, escolhe a Educação como o campo para as análises desenvolvidas no estudo apresentado e nos diz que essa também foi uma escolha do Movimento Negro, pois a interdição ao acesso à Educação constituiu-se como o maior entrave a pessoas negras. Nesse sentido, as rodas de conversas e oficinas realizadas pelo coletivo, emergem como plano de ação protagonizado por um movimento negro e *cuir*.

Ao perpassar pelo movimento negro educador, busco revelar questões que estarão relacionadas à heterossexualidade compulsória, própria da masculinidade ocidental diante da recusa subjetiva dos garotos negros homossexuais submetidos a ela. O coletivo EMM busca ser capaz de estabelecer um espaço de afirmação de identidades, coletivas e/ou individuais. Ainda que todo indivíduo seja único, o ambiente ao qual estamos inseridos é relevante para estruturação da personalidade. Ou seja, em um ambiente onde a consciência coletiva é predominante e os elementos sociais não proporcionam a chance de ter uma consciência individual, é nula a construção do indivíduo diferente dos demais que o rodeiam.

No ano de 2020, durante a pandemia do COVID-19, a falta de políticas públicas e a burocrática distribuição de auxílios para população mais pobre resultaram no desemprego de milhares de brasileiros, em especial, a juventude negra, que também já apresentava alarmantes marcas de evasão escolar. Sendo assim, não é uma surpresa os índices mostrem que quem mais sofre e pagou com o descaso do governo foi a população negra e periférica, que precisou criar estratégias para lidar com o aumento do valor dos produtos básicos de alimentação, para além das contas de luz, água, gás entre outras demandas financeiras.

Nesse sentido, ao perceber as dificuldades econômicas e sociais que estavam ainda mais latentes, durante esse período, na vida da população negra periférica e LGBTQIAP+ da cidade do Rio de Janeiro, surgiu a necessidade de articulação entre alguns movimentos sociais organizados no território de atuação. Como, por exemplo, o programa “Rio sem fome”, com sede localizada na região da Gamboa, no prédio da Vila Olímpica do Morro da Providência no Rio de Janeiro, sendo o principal canal responsável por desenvolver um trabalho direto de distribuição de cestas básicas para integrantes do coletivo EMM.

Tive a oportunidade de trabalhar como representante desse grupo, o que fez com que eu estivesse ainda mais próximo dessa situação vivenciada por muitas famílias e amigos. A falta de acesso à alimentação adequada, informações sobre a pandemia e as orientações básicas da OMS (Organização Mundial de Saúde), além do pouco ou nenhum acesso aos recursos para permanência em suas casas, trouxeram à tona, para esses indivíduos, a necessidade de quebrar o isolamento social, se expondo a diversos riscos e fazendo com que continuassem indo para rua trabalhar a fim de colocar o “pão na mesa”.

A partir de toda essa movimentação, iniciamos a construção de um grupo no *whatsapp*, com a descrição “negras LGBTQIAP+rj”, para articulações futuras. Nesse mesmo grupo, encontram-se gays, lésbicas, trans e travestis, pessoas não binárias e tantas outras, da qual vivenciaram momentos e situações muito semelhantes e, foi nesse primeiro contato e canal de comunicação que definimos e criamos o coletivo “é menino ou menina” como espaço de diálogo e acolhimento de proposições e de novas ações.

Há um vasto conjunto de autores e autoras que fundamentam as discussões deste trabalho: raça perpassada por gênero, sexualidade, classe social etc., como (SODRÉ, 1999); (SULLIVAN, 2003); (TELLES, 2003). Essa pesquisa tem como intuito salientar um discurso no campo dos estudos de letramento, debatendo-se sobre a obra de Aparecida de Jesus Ferreira (2015), “Letramento Racial Crítico”. Ao apontar para o tema de negros

homossexuais, vou me aprofundar também nas ideais de Richard Miskilci (2010) sobre as “teorias queer”, apropriando-me sobre a questão racial pelas perspectivas de gênero e sexualidades.

Audre Lorde (2020), em seus estudos teóricos, dialoga sobre “interseccionalidade” para fomentar o debate das discussões étnico-raciais e de gênero dentro do ambiente acadêmico em sua obra “Sou sua irmã”, além de conversar com as ideias do livro “Ensinando a transgredir – Educação como prática da liberdade” de Bell Hooks (2020). Vou refletir sobre raça, gênero e sexualidades dentro de um mesmo contexto, analisando as intersecções a partir das performances, com aprofundamento nas autoras que fomentam tais discussões, com intuito de dar consistência a essa investigação.

Judith Butler alega que *gênero* não é um reflexo natural de um corpo biológico, não decorre dos nossos genitais, mas um efeito de regras historicamente produzidas, que instituem como o corpo e o desejo, marcados com base em uma heterossexualidade compulsória.

Vou buscar trabalhar nessa pesquisa o princípio etnográfico em que, de acordo com Clifford (1998, p. 21), “a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita”, compondo um gênero literário. Além disso, uma revisão bibliográfica com análise de um áudio da observação de uma roda de conversa (LEVORLINI e PELICIONI, 2001), em que a etnografia é uma expansão na forma de me comunicar o leitor, resultando em uma influência intercultural, onde as pessoas interpretam os outros, e a si mesma a partir de variáveis.

A partir desta perspectiva etnográfica utilizo como procedimento metodológico de geração de dados as rodas de conversas, pois entendendo que esse procedimento resgata os relatos e a memória das experiências dessas pessoas que integram o coletivo. Vale lembrar que os estudos sobre sujeito e subjetividade, segundo Frantz Fanon (2008, p 15), utilizam tal procedimento, estimulando diferentes propósitos, tais como: gerar hipóteses sobre um assunto a partir dos estudos sobre questões étnico raciais, avaliando as estratégias proposta de intervenção pelo coletivo EMM, que fornece um quadro inicial para estudos neste campo, até então, poucos explorados cientificamente. Nesse percurso da investigação, registrei informações pertinentes no diário, sendo o diário de campo, para além dos registros e relatos, mostrando-se também como uma exposição da subjetividade que se construiu nesse processo de pesquisa.

No primeiro capítulo “Escalando muralhas e alcançando novos debates”, faço um relato sobre minha história de vida, pessoal, acadêmica e profissional, traduzindo as dores e os traumas ao longo da minha construção enquanto sujeito e das minhas experiências na academia, antes de desenvolver uma dissertação no curso de mestrado em educação, em uma universidade pública, houve um caminho árduo que precisei galgar, atravessando por diversos obstáculos, pedras, espinhos e muitas muralhas.

Ao longo do tempo, alcancei o debate e aprendi que há um interesse por parte do sistema de lucro capitalista nas nossas experiências de vida. Ainda no mesmo capítulo, eu saliento em uma seção intitulada “quem escreve?”, reforçando de onde vim, como cheguei aqui e qual a relação da pesquisa com minha história de vida, quais foram os espaços de prestígio e privilégio que ocupei enquanto intelectual negro. Na seção seguinte “Masculinidades negras: construções e desconstruções”, proponho uma reflexão sobre as masculinidades negra, discorrendo sobre esse tema como norteador do debate.

No segundo capítulo “A babadeira história da bicha malandra”, faço uma relação com as masculinidades, *cisheteronormativa* e branca, classe média e branca, resgatando a memória de Madame Satã, reafirmando que existe uma geração de bichas pretas que seguirão dando continuidade à memória e legado de Madame Satã e tantas outras que pessoas negras LGBTQIAP+ que foram dizimadas pelo racismo e pela LGBTQIAP+fobia. Ainda nesse capítulo, serão resgatadas a memória dessa personalidade dissidente às normas padrão de gênero, que por vezes teve sua vivência jogada no esquecimento da história e identidade

cultural do Brasil, tornando-a invisibilizada, sem reconhecimento por parte da sociedade, com pouca ou nenhuma produção teórica acerca de sua vida e presença social.

No capítulo três, “Os efeitos semânticos das performances narrativas de uma bicha preta carioca”, faço uma análise das narrativas de uma bicha preta, reforçando e atentando ao discurso, aos gestos, às linguagens e às expressões. Na seção “As diferenças que nos constitui” busco realizar o estudo da narrativa, como não só um privilégio das áreas de linguística e literatura, mas sendo uma ferramenta de geração de dados e, nesta pesquisa, possibilitará uma gama de informações sobre a comunidade negra LGBTQIAP+ em suas diferentes repercussões sociais.

Na seção “Há bicha preta como uma identidade política” destaco que, pois, em pessoas “racializadas”, com todas as intersecções, há sensação permanente de estar fora de casa, fora da possibilidade de ser integrado e genuinamente acolhido onde se vive, segundo Stuart Hall (1933). Proponho ainda neste capítulo, na seção “Relatos de sobrevivências”, o relato desse homem negro, gay, que sinaliza que ser homem negro, em especial, o homem negro gay, é um marcador social da hiper sexualização. Pois, no decorrer da história ocidental, desde que os europeus fizeram o primeiro contato com o continente africano, o pênis negro tornou-se referência das relações que a partir daí seriam estabelecidas.

No último capítulo, “Encontros e diálogos: coletivo ‘é menino ou menina?’ como um movimento negro educador”, apresento as ações e movimentações realizadas pelos integrantes do coletivo (EMM), reforçando a origem, que nasceu durante uma tragédia mundial, a pandemia, e o modo como nos organizamos. Neste capítulo, apresento as atividades centrais do coletivo, um roda de conversa, onde discutimos sobre processo de acolhimento, aceitação, suporte e o posicionamento de “sair do armário”. Já em nosso segundo encontro, foi sugerido que realizássemos uma intervenção artística, sendo proposto uma performance artística pela artista Gabe Samuel Alves, que já integra o coletivo (EMM) com título “Marcas que tornam que eu sou”. A seguir, como atividade lúdica e pedagógica, em consenso, o grupo definiu por realizar uma oficina de costuras “Tecendo memórias através da costura” e como oficineiros, foram convidados integrantes do coletivo que tinham experiências com a costura.

É importante reforçar que as oficinas proporcionadas pelo coletivo, assim como as atividades programadas e as rodas de conversa, surgiram e se mantém como nosso principal canal de comunicação com os integrantes e, desse modo, é possível analisar e acessar os dados socioeconômicos, educacionais e relacionados à saúde, entre outras abordagens que foram relevantes para compreender a construção das performances de gênero.

Ao analisar uma roda de conversa, uma oficina de costura e uma performance artística, é notório que há uma legião de bichas pretas “babadeiras” que vieram e ainda vêm construindo caminhos na contramão a realidade. As performances de gênero se constroem nas relações sociais e essas performances também podem determinar socialmente quem vive e quem morre, quem manda e quem obedece. As performances narrativas e de gênero promovem um tensionamento sobre essas ordens, seja no aspecto acadêmico, político, econômico ou social. O coletivo “É menino ou menina?” pode contribuir para construção de outras inteligibilidades a partir dessas experiências.

Ao analisar as performances narrativas de algumas bichas pretas integrante de um coletivo negro LGBTQIAP+ da cidade do rio de janeiro, observo relatos de experiências pessoais que se cruzam entre as diferentes narrativas. Sendo assim, realizar-se-á um estudo etnográfico sobre as questões que permeiam a performance de gênero e sua relação com coletivo negro e *cuir* em ascensão.

Deste modo, ainda que os estudos insistam em priorizar as análises sobre as mulheres e o feminismo, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens e à ideia de masculinidades. Busca-se, contextualizar afirmações e suposições sobre

os gêneros, tentando evitar estigmas a respeito da “mulher” ou do “homem”, do “feminino” e do “masculino”. É preciso pensar o conceito de modo plural, como afirma Louro:

Os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma sociedade, quando se considera os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, G. 1998, p 14).

Vivemos numa sociedade constituída e cercada pela violência. A norma homem branco-hétero cis, classe média, exerce sobre as demais subjetividades “um efeito colonizador e extrativista”. Para Fanon (2001, p. 258), o termo “colonizador” vem no sentido de impor-se violentamente sobre o outro, por considerá-lo inferior.

Ao analisar a construção da ideia de um determinado “modo de ser”, que é forjado a partir da negação de outros “modos de ser e estar”, é evidente que esse marcador racial e social, se deu por um processo de violência. A acumulação de capital, que essa circunstância sangrenta proporcionou aos colonizadores, foi condição de possibilidade para o desenvolvimento do modo de produção capitalista que vivenciamos hoje.

CAPÍTULO I

ESCALANDO MURALHAS E ALCAÇANDO NOVOS DEBATES

Antes de alcançar a possibilidade de desenvolver uma dissertação no curso de mestrado em Educação, houve um caminho árduo que precisei galgar, atravessando diversos obstáculos, pedras, espinhos e muitas muralhas. Ao longo do tempo, alcancei o debate e aprendi que há um interesse por parte do sistema de lucro capitalista nas nossas experiências de vida.

Nasci no município de Nilópolis, no dia 1 de janeiro de 1995, às 20h45, data em que se comemora o feriado de ano novo, um dia atípico para “vir ao mundo”, creio eu. Nessa época, toda a minha família morava no bairro de Ricardo de Albuquerque, zona norte do Rio de Janeiro, local onde meus pais Rosilene e Nilson, se conheceram. Esse bairro é onde se localiza a maternidade na qual minha mãe biológica deu à luz, aos quinze anos de idade.

Cresci em uma espécie de “configuração desajustada de família”. Minha progenitora, Rose (sim, é pelo nome que me dirijo a ela), ainda estava vivendo sob o teto da minha avó materna, Luzia, visto que era menor de idade. Por essa razão fomos criados juntos, como irmãos. Durante muito tempo tive dificuldade de assimilar que a pessoa que de fato desempenhava o papel da maternidade na realidade era minha avó. Por essa razão é a ela quem chamo de mãe, até hoje.

Sempre estive cercado de muitas mulheres, primas, tias, avós, madrinhas. Tendo como referências “masculinas” duas pessoas muito próximas à minha formação, como Carlos, que não era meu pai e não tinha nenhuma conexão sanguínea com a minha mãe, entretanto eu sempre o considerei como avô. Além dele, Luciano, irmão da Rose e filho da minha mãe Luzia, estabeleceu comigo uma relação de irmão mais velho.

Acredito que ter sido criado por minha avó me fez sentir ainda mais especial. Afinal, quando me dei conta eu tinha duas mães. Hoje, tenho duas irmãs, Andressa e Kaylane. Andressa vive com nossa avó paterna, Vilma, que também a criou como filha. Andressa é jogadora de futebol e pedagoga - uma pessoa de muita luz, a quem admiro bastante.

Aos cinco anos de idade me mudei, com minha avó e tias, para Magalhães Bastos, um bairro familiar, que muito se assemelha a tantos outros na cidade do Rio de Janeiro. O local é cercado por três comunidades e grupos carentes de incentivo financeiro. Nesse território há diversas histórias para contar, pois foi onde estudei, construindo fortes laços de amizades, vínculos e sentimento de pertencimento ao longo do tempo.

A rua onde morei era bastante familiar e residencial, chamávamos de “casinhas”. Apesar disso, os índices de violência sempre estiveram presentes, através do crime organizado, que dominou e mapeou geograficamente o local. A rua que estava localizada à direita da minha casa pertencia a uma favela chamada “Curral das éguas”, sob comando da facção criminosa A.D.A - Amigos Dos Amigos, enquanto à minha esquerda era o conjunto habitacional do “Fumacê”, liderado pelo TCP - Terceiro Comando Puro. Um pouco mais à frente, estava a comunidade do Batan, também sob comando da facção ADA.

Me recordo de muitos momentos de conflitos entre essas comunidades, resultando em um cenário de medo durante minha infância e adolescência. Havia algumas condições e cobranças estabelecidas pelos bandidos aos moradores que residiam nos territórios de disputa. E pelo fato de nossa casa estar literalmente localizada no meio dessa “faixa de gaza”, a todo momento nos víamos obrigados a obedecer às regras estabelecidas por cada facção, o que era confuso e nos privou diversas vezes de usufruir da nossa liberdade e direito de ir e vir enquanto cidadãos. Direito esse que é garantido pela Constituição Federal, entretanto não vale de nada na realidade caótica estruturada em um contexto de violência e marginalização. Algumas dessas exigências eram: “não cortar o cabelo com duas listas”, “não usar roupa da Adidas”, “não vestir roupas pretas”, “evitar transitar entre as comunidades”, além de tantas

outras orientações que deveríamos obedecer com o intuito de nos restringir e dominar, com risco de punição e até expulsão.

Essa zona cruzada sempre foi muito conflituosa, cercada por agentes militares mal-intencionados e fortemente armados. Nesse momento, em que escrevo este texto, moro no Centro do Rio de Janeiro.

Não há pudor, não há limites sob a máxima do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. As pessoas matam, e morrem por qualquer motivo. E nesse sentido, a princípio sempre tive muita dificuldade em me sentir de fato pertencente a esse lugar. Cresci ali, mas não compactuava com a forma como muitos agiam, pois já era possível, desde novo, perceber que a maneira como a vida funcionava nesse ambiente, pois não estava certa e não era saudável.

Por ironia do destino, e não que fizesse diferença na questão de segurança, o bairro de Magalhães sempre foi rodeado por quartéis do Exército Brasileiro, uma região normativa e militarizada. Tive muita influência dos meus parentes na tentativa de me “empurrar” para a carreira militar, algo que era visto por eles como uma forma de obter sucesso e atravessar as adversidades. Creio que fui o único menino de toda a minha família, que aos 18 anos, mesmo sendo obrigado a me alistar, decidi não servir.



(Figura 1 - “Soldado”, aos 13 anos de idade, no ano de 2010, Bairro de Realengo, Rio de Janeiro)

A decisão de não atuar no militarismo reverberou em muitas outras questões de tradição familiar. Mas, com certeza, foi um dos maiores rompimentos geracionais em meu céu da família. A partir desse momento, lembro-me do interesse por movimentos sociais. Talvez por ter conhecido ou sido apresentado por algumas organizações no período dos anos 90. Nessa época eu já vivia em Magalhães Bastos e era possível perceber um movimento de corpos dissidentes às normas padrão de gênero.

O grupo ATOBA – Movimento de Emancipação Homossexual, surgiu em setembro de 1985. Tratava-se de uma casa de acolhimento a pessoas LGBTQIAP+. Geralmente aos domingos, quando eu e minha família íamos à feira, era possível observar movimentações e atividades acontecendo dentro do espaço, que ficou muito conhecido na região, despertando a curiosidade dos moradores e, infelizmente também, o preconceito. Como eu era mais novo, não tinha autorização, nem sentia “abertura” dos adultos para questionar a respeito.

Minha expressão de gênero sempre foi lida como afeminada. Sendo assim, vivenciei situações de muita exposição, já fui xingado, humilhado, agredido, abusado. E em

determinado momento comecei a revidar, entrando em luta corporal com terceiros. A violência e a discriminação sempre estiveram caminhando lado-a-lado durante minhas experiências de vida, na escola, igreja e, até mesmo, em casa.

A diferença de comportamento e postura em relação aos demais garotos do bairro era perceptível. Antes que eu pudesse me conscientizar e construir minha própria percepção sobre o mundo, já carregava o estigma de “viadinho” e “boiola”. Não havia margem de dúvida a respeito de quem eu era ou, nesse caso, que viria a ser. Isso para muitos sempre foi visto como pejorativo, sendo alvo constante de discriminação.

Durante a adolescência, aprendi melhor “como me virar”. Minha mãe-avó sempre me deu bastante autonomia nas decisões que diziam respeito à minha vida. Aos 15 anos, comecei a buscar por algumas possibilidades de trabalho, fui contratado por uma loja da franquia de *fast-food McDonalds*, também conhecida como arcos dourados Itda, localizada na Av. Abolição, bem próximo ao bairro do Engenhão, estádio de futebol do clube Botafogo. Posso afirmar que foram os piores meses da minha vida, sofri, chorei, ralei muito, sem medir esforços.

Através dessa experiência, aprimorei a comunicação e aprendi como lidar com o público, percebi quais eram as posturas socialmente adotadas e aceitas em ambientes de trabalho. Refleti a respeito da maneira como eu poderia me desenvolver profissionalmente e alcançar outros objetivos. Em pouco tempo, decidi largar aquele emprego e hoje percebo como uma fase que foi passageira.

A “saída do armário”, ou seja, quando comecei a falar abertamente a respeito da minha sexualidade, me possibilitou enxergar para além da forma como me viam e me estigmatizam. Entendi que para ser quem de fato eu era, precisaria encarar muitas situações e violências. As relações familiares, refletidas na questão da sexualidade, foram fundamentais para que eu me sentisse forte para lidar com as dificuldades que iriam surgir. De certa forma, o militarismo e o catolicismo “andavam de mãos dadas” e não existia possibilidade de abdicar das tradições familiares, nesse sentido. Durante algum tempo da minha adolescência fui obrigado a fazer catequese, primeira comunhão, crisma e como proposta de formação, um curso pré-militar.

Felizmente, minha mãe, Luzia, muito presente e firme, sempre me incentivou a estudar. Ela me conduziu a concluir a Educação básica, me fazendo refletir sobre o futuro e possíveis carreiras que gostaria de seguir.

A partir disso, coloquei na minha cabeça que só conseguiria mudar a realidade ao qual estava inserido através da Educação. Nesse viés, me identifiquei e acabei optando pelo curso de Pedagogia. Penso que talvez não tenha sido a opção mais assertiva, porém foi a mais estratégica, o que posteriormente me possibilitou ingressar na universidade pública, conhecer e acessar outro mundo que eu não fazia ideia da existência.

E o desconhecido é sempre uma aventura. Para isto, fui aluno do pré-vestibular social (PVS), localizado em Santa Cruz, Zona Oeste. Como resultado de uma busca árdua e insana, fui aprovado no vestibular em 2014.1 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Desde o início, tive a sensação de estar em casa e pude interagir de igual para igual com os colegas de turma, sem retaliações, sem estranhamentos, sem olhares duvidosos. Eram 28 estações (de trem), todos os dias fazendo o trajeto Magalhães Bastos x Duque de Caxias.

Na mochila, as xerox dos textos dividindo espaço com a marmita que eu precisava levar, para conseguir me alimentar ao longo do dia. Por vezes recorri aos pulos, também conhecidos como “calote”, que eu precisava realizar, para conseguir acessar aos trens da Supervia, a fim de me deslocar entre casa e faculdade. A escrita desse capítulo foi pensada e proposta para trazer detalhes de vivências individuais que atravessaram alguns dos muitos

passos percorridos dentro desse contexto de um jovem negro, afeminado, periférico e latino-americano.

1.1 Quem Escreve?

Foi através da formação educacional que, posteriormente, pude realizar o desejo de vivenciar experiências de intercâmbios² e, assim, aprender e compartilhar conhecimentos, criando vínculos com colegas, pesquisadores de diferentes instituições de ensino e lugares do mundo. As fronteiras e migrações podem ser também um espaço de muito medo para pessoas “racializadas”, pois representa uma barreira, o impedimento, a exclusão.

Um dos projetos mais recentes que tive a honra de participar foram: o Congresso de Jovens Investigadores organizado pelo Centro Maria Sibylla Merian de Estudos Latino-americanos Avançados - CALAS, no México realizado pela Universidad de Guadalajara. Além do processo final do projeto de investigação da Agenda Jovem FIOCRUZ, na 2^a edição do programa Jovens Investigadores, abordando uma pesquisa intitulada “Bichas pretas, sexualidades e questões raciais durante a pandemia do COVID-19”, na cidade do Rio de Janeiro.

Percebo que nos lugares por onde transito ainda sou colocado como exceção à regra, evidentemente, por ser um dos poucos jovens negros brasileiros do meu núcleo a vivenciar essas experiências de formação e articulação (em outros países). Vale lembrar que na maioria das vezes isso ocorre por se tratar de ambientes majoritariamente ocupados por pessoas brancas que, acomodados com sua posição historicamente hierárquica, favorável e de conforto, insistem em reforçar a ideia de que aquele espaço não é pensado para pessoas negras e *queer*, assim como eu.

Em muitas ocasiões, é perceptível um olhar de estranhamento, receio, medo, dúvida ou até mesmo um ar de repulsa, desgosto com minha presença. Há uma frase da artista, ativista e teórica feminista Bell Hooks (1952) com a qual muito me identifico que diz: “Meus pensamentos são movimentos, minhas ideias, minhas aventuras”. Apesar de tudo, sempre estive muito disposto a lidar com os desafios cotidianos (racismo) que a sociedade reserva para nós pessoas “racializadas”.

Em janeiro de 2019, desembarquei pela primeira vez na Argentina, território onde a história colonial e a ditadura também deixaram marcas inimagináveis, e como consequência criou-se a partir desses resquícios uma sociedade racista, classista e xenofóbica. Aqui, gostaria de destacar que, por um lado, estava com muitas expectativas de possibilidades no exterior, principalmente por conseguir sair do Rio de Janeiro, algo que não era comum entre os meus, que desde sempre conviveram em uma cidade que durante o período colonial do Brasil recebeu mais de 1 milhão de pessoas escravizadas. Por outro lado, viajei para um país que provocou o extermínio em massa da população negra e indígena com a chamada “campanha do deserto” (TODOROV, 2010, p 27). Até o momento, não sei afirmar se

² No ano de 2019, a partir de estudos das disciplinas “Seminário I e II” iniciei o curso de mestrado em “História y memória” na Universidade Nacional de La Plata – UNLP, localizada, mais especificamente, na cidade de Buenos Aires, Argentina, onde tive um artigo aprovado e publicado: “Políticas Afirmativas e Produção de Conhecimento de Intelectuais Negros”. Também escrevi e realizei uma produção acadêmica com outras colegas da faculdade (FEBF), num espaço de formação e aceito como proposta para o Primeiro Encontro Continental sobre Estudos Afro-Latino-Americanos, em HARVARD, Cambridge – EUA. Entretanto, infelizmente fui impedido de apresentar por ter meu visto negado pelo Consulado Americano. Em outro momento, após esse desventuroso episódio, fui selecionado para uma Escola de Pós-graduação Internacional em Educação, pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, em Cuba, La Havana.

significa “dois pesos, duas medidas”, o que sei é que ambos os territórios me estimulam a entender e investigar um pouco mais a respeito da história dos afrodescendentes e suas chegadas em terras latino-americanas.

Gosto de trazer as experiências vivenciadas na Argentina, pois retrata o modo como o racismo opera em diferentes contextos e quais foram as estratégias de defesa pensadas para lidar com o racismo recreativo e estrutural perpetuados por uma nação.

A partir dos escritos de Grada Kilomba (2008) em "Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano" consegui refletir sobre a ideia de “tornar-se sujeito”. A autora examina a “atemporalidade do racismo cotidiano” e retrata que o processo de escrever é tanto “uma questão relativa ao passado quanto ao presente”. Além disso, ela faz um cruzamento do passado e presente, buscando dar sentido para “como o racismo incorpora a cronologia que é atemporal”. Kilomba nos faz perceber como é examinada a atemporalidade, descrevendo quais os principais enfrentamentos do racismo em uma realidade traumática que vem sendo negligenciada no contexto atual. Ao mencionar questões raciais, de gêneros e outras problemáticas da história colonial, tem como intuito fomentar um texto com diferentes camadas de exclusão inscritas em corpos negros e “racializados”.

Pensar questões relacionadas aos sujeitos dessa pesquisa, (HOOKS, 1989) nos incita a refletir sobre os conceitos de “sujeito” e “objeto”, afirmindo que sujeitos são “aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. Hooks acredita que por sermos vistos como objetos, a história passa a ser contada por outros que têm o poder da narrativa: “História designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos” (HOOKS, 1989, p. 42).

Nesse sentido, Grada Kilomba reforça que “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se escritor/a”, enquanto Hooks afirma que “ainda há a necessidade de tornar-se – de fazer-se (de) novo”.

Audre Lorde (1977), em “A transformação do silêncio em linguagem e ação”, propõe uma reflexão sobre elementos que fortalecem um ato de autorrevelação e isso sempre parece estar cheio de perigos, pois no silêncio cada um de nós desvia o olhar de seus próprios medos, seja através do desprezo, censura, julgamento ou do reconhecimento, do desafio, e do cancelamento. A autora afirma: “Para quem escreve, é necessário examinar não só a verdade do que falamos, mas também a verdade da linguagem do que dizemos”, ou seja, quando os escritos são possíveis de serem interpelados, “tomam de assalto” uma sensação que mistura temor e urgência, sendo “o texto, um corpo” que surge como efeito e cria uma infinidade de possibilidades.

Há uma performance artística de Jota Mombaça, artista contemporânea, intitulada “A gente combinamos de não morrer” (LORDE, 2018, p. 15), cujo título faz referência a um conto de Conceição Evaristo. A artista cria facas com cacos de vidro, madeira e cadarços vermelhos: “Armas precárias de defesa contra a ameaça da violência, armas contra a precarização das chances de defesa, armas apontadas para quem as assiste passivamente”.

Se o combinado é não morrer, Mombaça contrapõe a resistência, não só como pensadora radical, mas como pensadora contra o radicalismo das violências. Em “Não vão nos matar agora” (MOMBAÇA, 2021), a ideia em si torna-se mais uma das armas, ferramentas e instrumentos criados para subverter e confundir a lógica das produções artísticas e literárias:

Escrevo agora para os brancos – para os homens brancos, bem como para todas as gentes brancas – cuja branura é menos uma cor e mais um modo de perceber a si e organizar a vida, uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder e uma forma de presença no mundo: nós vamos nos infiltrar em seus sonhos e perturbar seu equilíbrio. Às pessoas heterossexuais, cuja heterossexualidade é contínua ao regime político de homogeneização sexual, extermínio dos desejos subnormais e genocídio da corporalidades desviantes, eu

gostaria de dizer: nós vamos penetrar suas famílias, bagunçar suas genealogias e dar cabo de suas ficções de linhagem. Para cada pessoa *cisgênera* que olha a si e se vê como norma, e assim olha o mundo e o vê como espelho, deixo o seguinte recado: nós vamos desnaturalizar a sua natureza, quebrar todas as suas réguas e hackear sua informática da dominação. (MOMBAÇA, 2021, p. 75)

Com o sentimento de esperança por dias melhores, afirma-se através dessa pesquisa o compromisso de observar, movimentar e informar pelo mecanismo da escrita as vivências da nossa população, acreditando que o período de crueldade contra pessoas negras e LGBTQIAP+ possa ser interrompido e transformado pelas “práticas artísticas e literárias” (HOOKS, 1990, p. 152).

Procuro trazer Lélia Gonzalez (1988) no percurso de todo texto, buscando pensar por uma perspectiva interseccional. A autora nos faz refletir e realizar uma análise acadêmica sobre os discursos acerca da “mulher negra”, da “juventude negra” e da “população negra” na sua construção em terra brasileira, problematizando a manutenção de um “cis-tema” branco e patriarcal. Sua abordagem se relaciona com vários eixos desse trabalho, apontando para o modo pelo qual a sociedade brasileira reproduz a falácia do mito da “democracia racial” no Brasil (GONZALEZ, 1988, p. 151-152).

Essa autora consegue dialogar com diferentes vertentes teóricas de forma interdisciplinar, abordando o marxismo e a psicanálise e utilizando das Ciências Sociais e da História para articular os temas. Lélia em seus escritos me instiga e motiva a realizar uma discussão a partir de diferentes vertentes.

Lélia Gonzalez aponta para os marcadores sociais que desconfiguram o mito da “democracia racial”. Tomo como base os seus artigos “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) e “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988), que trazem uma compreensão sobre a formação social do Brasil em um espaço-tempo, desmitificando a afirmação da democracia racial.

1.2 Masculinidades Negras

Entre os trabalhos acadêmicos, artigos e fichamentos de conclusão de cursos que precisei desenvolver, uma discussão sobre “masculinidades negras”, em um determinado momento, fez-me recorrer à coletânea “Masculinidades Negras: Novos debates ganhando formas” de organização de Paulo Melgaço Júnior e Valdelir Camilo (2022). Por conseguinte, consegui efetivamente compreender e refletir sobre o tema e pensar de que modo construímos uma nova perspectiva de “masculinidades”.

Para encorpar o debate e tratar a respeito do pensamento nas diferentes relações de continuidades para esses sujeitos e corpos, durante o capítulo em questão, irei incitar questionamentos e colocar um pouco de “lenha na fogueira”. “Masculinidades” é um conceito utilizado para definir as características que justificam um pertencimento ao sexo masculino, sobretudo nessa seção falo sobre “masculinidades negras” e para pensar essas masculinidades “subalternas” é importante reforçar que homens negros vivem à margem, sustentando os pilares da estrutura do patriarcado, protagonizando o outro extremo, composto por prisões e cemitérios.

Ao observar as discussões sobre masculinidades negras no epicentro dos diálogos interdisciplinares e interseccionais, envolvendo gênero, raça, racismo, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, paternidade, classe, território e tantas outras categorias que atravessam a vida do homem negro, gostaria de propor uma análise sobre como as masculinidades perpassam por diferentes contextos, mergulhando através de temas que trazem à tona inquietações. Isso, inevitavelmente, leva em consideração o contexto de uma sociedade

marcada pelos efeitos do racismo estrutural e da violência contra esses corpos, estruturalmente originados na escravização dos povos africanos e que hoje ainda são nocivos para homens negros. Quais vidas são ceifadas?

As masculinidades negras são como engrenagens para o genocídio dessa população. Os autores Junior e Camilo (2022) afirmam que isso funciona “como um conjunto de ações de extermínio negro, organizado pelo estado e a homofobia”.

A importância de refletir sobre o tema dialoga com o movimento de proposições e estratégias de politização e legitimidade, como enfrentamento do racismo e da homofobia.

Para discorrer sobre os debates e então alcançar o nível de discussão teórica e prática do que é tido como masculino, foi observado a pluralidade de sujeitos dentro do “Ser homem”, com o intuito de centrar a análise na construção de masculinidades negras fora da lógica binária de gênero, refletindo sobre os aprofundamentos que são necessários para vivermos uma plena e efetiva mudança social e cultural. Nesse sentido, acredito ser importante recorrer ao contexto histórico e a ideia das masculinidades em períodos emblemáticos. Isso, para que seja possível compreender: Quais são os recursos de enfretamento da narrativa colonial que apaga as histórias e memórias das bichas pretas?

Esse é um dos pontos que conecta esse capítulo à coletânea “Masculinidades negras: novos debates ganhando forma”. Ao me debruçar sobre essa leitura e a noção geral de masculinidade hegemônica, esbarrei com os seguintes autores da coletânea: Diego Souza, Kauã Almeida e Leonardo Peçanha, que interrogam dialogando sobre experiências desses indivíduos, contemplando a pluralidade do ideal imagético de ser homem.

Os textos problematizam as formas criativas, dinâmicas e plurais pelas quais o ideal branco cisgênero foi incorporado, recusado ou negociado por indivíduos, que vivem à margem das políticas públicas e em condição de vulnerabilidade. Apontando os diferentes contextos em que homens negros são alvo de violências estruturais, ao mesmo tempo, em que exercem formas de violação aos considerados “mais subalternizados” como bichas pretas, pessoas trans e travestis, além de mulheres negras cisgênero.

A crítica ao sexismo não pode ignorar que homens pobres possuem desigualdades de ordem econômica e racial, estando expostos à baixa escolarização, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, violência policial, subemprego e toda precarização em função de uma política nociva, orientada pelas bases do capitalismo e racismo contemporâneos promovidos e sustentados pelo Estado.

Em “De Guri a Cabra - Macho: masculinidades no Brasil”, acrescentam, com rigor conceitual e analítico, lacunas sobre o nosso desconhecimento empírico a respeito da multiplicidade de masculinidades. O livro é, acima de tudo, um empreendimento coletivo organizado pelos professores Paulo Melgaço da Silva Júnior e Marcio Caetano, ambos pesquisadores na cidade do Rio de Janeiro. Esse texto foi crucial para observar e refletir uma grande expansão e ampliação deste campo. Seja na dramaturgia, na literatura ou no contexto das escolas, das instituições socioeducativas, das micropolíticas do cotidiano. O livro em si visibiliza uma série de deslocamentos empíricos que fazem com que o tema “Masculinidades negras” seja amplamente debatido, para além de determinadas arenas disciplinares, o que resulta em um enriquecimento do discurso.

Ao longo dos doze capítulos, a obra traz uma pluralidade de profissionais e pesquisadores dos mais diversos campos das áreas de humanas, incluindo: Artes, Ciências Sociais, Antropologia, Educação Física, Saúde Coletiva, entre outros saberes. Essa diversidade de abordagens destaca vivências culturalmente naturalizadas e ideais de masculinidades, de diversas regiões brasileiras.

Marcio Caetano e Paulo Melgaço da Silva Junior levantam argumentos que ressaltam a importância política de “Maio de 1968”, na França, e suas repercussões no processo de desnaturalização e desestabilização das masculinidades. Ao utilizar da metáfora de Exu,

divindade iorubá responsável pelos caminhos, os autores nos fazem refletir a respeito da necessidade de compreensão das trajetórias e "descaminhos" em torno "da lógica hegemônica da masculinidade" (2018, p.12). Assim, os autores nos provocam para a urgência de entendermos essa construção, para movimentarmo-nos para desconstrução de um entendimento ainda cristalizador.

Os textos dessa coletânea me ajudaram a compreender o modo como se articulam a ideia de masculinidades e *colonialidade* do poder, que pode não se constituir como uma relação óbvia. É muito significativo que possamos reiterar como o sistema colonial, ao invadir territórios, escravizar grupos, invadir corpos e submeter minorias raciais, étnicas e sexuais, instaure definitivamente a masculinidade cis heteronormativa como um dos mecanismos mais problemáticos da humanidade.

É, a partir disso, que se cria o terreno apropriado para a conexão capitalista entre raça, classe e gênero (MCCLINTOCK, 1995); (LUGONES, 2007). Como aspecto subsequente do anterior, "problematizar o tema das masculinidades na chave dos marcadores sociais de diferença significa uma guinada interpretativa importante no modo de compreensão das masculinidades".

1.3 Construção e Desconstrução

Segui intrigado a respeito das particularidades espaciais, históricas e empíricas no que chamam de "*men studies*", cujos aportes conceituais discorrem em grandes parte das formulações pioneiras da socióloga Raewyn Connell (2003).

Se a "masculinidade" está longe de se constituir como algo homogêneo e universal, pensá-la articulada às questões como classe, raça, gênero, orientação sexual, geração, religião e região/localidade, dentre outros, implica compreendê-la como uma "rede complexa sobre a qual atuam forças externas e internas" (CAETANO, 2018, p. 11).

O desejo pelo reconhecimento é um desejo pelo outro (BHABHA, 1996, p. 201), mas diante desse ser desejante "o outro, evanescente, hostil, mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia. A náusea..." (FANON, 2008, p. 105). Neste contexto, não apenas a dialética encontra dificuldades para se efetivar (2008, p.175). Dito isto, Frantz Fanon aponta para um mundo colonial, no qual o homem negro é fechado em sua negrura (2008, p.184), uma negrura ambivalente e polissêmica, mas, ainda sim, uma negrura.

Vamos pensar este ponto de discussão em torno do qual o complexo dos escritos de Frantz Fanon aponta o que poderíamos ensaiar como aparições coloniais, ou seja, atribuições externas de significação identitária que interditam as próprias auto explicações sobre si.

Fanon afirma ainda que o negro – a quem analisa e ao mesmo tempo apresenta em primeira pessoa – chegou ao mundo desejando reconhecer-se como sujeito, "ser um homem entre outros homens" (2008 p. 106), mas, descobriu-se, paradoxalmente, apenas um "objeto em meio a outro objeto", enclausurado em uma "objetividade esmagadora" (2008 103). Diante desse esquema colonial, cisgênero e patriarcal, apenas o homem branco hétero cis normativo tem status de sujeito.

O branco aparece como expressão universal daquilo que se entende por humano e aquilo que se entende por humano, em consequência, representado pela branquitude. Sendo assim, o homem não branco, sedento por encontrar-se no olhar de outro, só vê a si mesmo (reconhecer-se é ser reconhecido) e passa a desejar ser branco. Nestas condições, a busca para se fazer homem é ao mesmo tempo atividade de (auto) negação.

Estas aparições apontam para a articulação de raça, gênero, classe, sexualidade e territorialidade na construção de um olhar parcial sobre como homens negros são masculinizados e "racializados". Esta forma de interdição é uma espécie de aprisionamento

simbólico, que ocorre dentro de um esquema de pensamento colonial, aquele “círculo infernal” ao qual se refere Fanon, que articula categorias de diferenciação diversas para apresentar um corpo de um homem negro sem ontologia própria, em torno do qual reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008, p. 104).

O texto “Bichas Pretas e negões: Seus fazeres curriculares em escolas das Periferias”, de Marcio Rodrigo Vale Caetano, Tarciso Manfrenatti de Souza Teixeira e Paulo Melgaço da Silva Junior (2020), aponta para um debate sobre como jovens negros LGBTQIAP+ vivenciam e compreendem suas concepções acerca do tema “masculinidades”. Nessa lógica de pertencimentos, a lealdade e o respeito às “performatividades” são os principais atestados da veracidade masculina.

Portanto, Connell (1995) argumenta que, mesmo sendo construída a referencialidade, a masculinidade é cultural, histórica e construída discursivamente. Segundo os autores, a masculinidade vai caracterizar essa ideia por sua fluidez, contradição e constante transformação. A masculinidade é, por princípio, plural. Compreendo que esse conceito se materializa por meio das experiências coletivas e individuais que se desenvolvem a partir de “performatividades” e provas que objetivam atestar a inteligibilidade do sujeito que se afirma como homem.

A bicha preta, como já podemos discutir e perceber, são “categorias reivindicadas” e se condicionam como diferentes (ZAMBONI, 2016); (OLIVEIRA, 2017). O gay será o “modelo” esperado, quase sempre branco. Isso porque, nas terras tupiniquins, “o gay afirma-se pela negação da bicha” (OLIVEIRA, 2016, p. 21).

A bicha preta “está no meio de um fogo cruzado, ela é máquina de guerra, é um devir que desestabiliza e que interroga”. Assim, a bicha preta é atacada tanto pela norma cis heteropatriarcal quanto pela norma da homossexualidade. Sendo assim, o gay pode ser visto como o “bom homossexual”, já a bicha é “uma má cópia do homossexual ideal, igualitário” (ZAMBONI, 2016, p. 22).

Dessa forma, não lhe restando outro destino, “ela [a bicha] delata os homossexuais. A pecadora endiabrada, a criminosa perigosa, a imoral desenfreada, a doente, a escandalosa, a louca, enfim a bicha, é acusada de queimar o filme dos gays bem-comportados” (OLIVEIRA, 2017, p. 106).

CAPÍTULO II

A BABADEIRA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA BICHA MALANDRA

Entendemos que existe uma geração de bichas pretas “babadeiras” que veio e ainda vem construindo caminhos na contramão da realidade que oferta como único destino a marginalização como forma de sobreviver diante do contexto desigual e de discriminação por conta da identidade de gênero das pessoas negras LGBTQIAP+. Dessa maneira, é correto afirmar que o deslocamento feito por esse grupo, em relação aos enfrentamos cotidianos, encontra semelhança em suas trajetórias.

Ao refletir sobre as desigualdades sociais existentes, a partir da quantidade de pessoas negras nas universidades brasileiras, por exemplo, gostaria de destacar ainda que a experiência de trajetória da bicha preta acadêmica é um diferencial de produção e compartilhamento do que se pesquisa e investiga, em geral, nesse ambiente. O corpo por si só reverbera múltiplas e complexas questões, que a sociedade não admite e mostra ainda não estar disposta.

Ser uma bicha preta, jovem acadêmica, acarreta uma vivência atravessada por violências. Para que deixemos de ser somente objeto de pesquisa, é extremamente necessário ter a possibilidade de analisar esse fator, passando a ocupar o lugar de pesquisador, pensador que reflete e produz conhecimento, tanto de si como do mundo. Isso tem o intuito de problematizar e evidenciar perspectivas sobre questões em que a soma de nossas experiências favoreça os debates.

Entretanto, isso só será possível através do exercício de pesquisas e demais recursos de abordagem e visibilidade das questões do universo negro e *queer* e sua presença no mundo. É preciso estabelecer, especialmente, um comprometimento com o resgate, registro e divulgação das memórias de quem foram as primeiras (auto)denominadas bichas pretas no cenário do território brasileiro. Somente através dessa prática será possível compreender melhor o legado que essas pessoas deixaram, registrando a resistência de existir em contextos bastante dolorosos, resgatando lembranças que merecem ser reconhecidas e naturalizadas como histórias a serem difundidas.

Neste capítulo serão resgatadas memórias de uma personalidade dissidente às normas padrão de gênero, que por vezes teve sua vivência jogada no esquecimento da história e identidade cultural do Brasil, tornando-a invisibilizada, sem reconhecimento por parte da sociedade, com pouca ou nenhuma produção teórica acerca de sua vida e presença social. As referências a seguir estão baseadas em registros de artigos e livros que se referem à Madame Satã, artista que viveu no Brasil nos anos de 1930.

A professora e escritora Megg Rayara Oliveira, primeira travesti negra, doutora em Educação no Brasil, evidencia que:

A Europa, fortemente influenciada pelo cristianismo, adotava e continua em diversos países a adotar posturas preconceituosas e que estimulam a perseguição e punição, exclusão e até condenava a morte lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, negros/as e indígenas também. A África, ao contrário, não apenas incluía, mas permitia que essas pessoas ocupassem postos de poder, inclusive como sacerdotes. (OLIVEIRA, 2018: 81)

2.1 – O Legado De Madame Satã

Devido ao cenário político da época, proclamava-se socialmente que, em nome da moral e dos bons costumes, um certo controle autorizava a violência física contra pessoas LGBTQIAP+. As agressões se transformavam em um grotesco espetáculo público, a serviço

da normatização e normalização dos corpos que, além das pancadas, exigiam que a vítima fosse despida dos trajes femininos:



(Figura 2 - Madame Satã - fonte: <https://www.palmares.gov.br/?p=40727> , acesso em 03 de junho de 2023).

A inigualável Madame Satã foi uma presença marcante no cenário da cultura boêmia carioca nos anos 1930. Wescla Vasconcelos Braga, nordestina, pedagoga e atriz, afirma que a artista e performer preta, travesti, também conhecida como “bicha malandra”, driblou o preconceito e discriminação racial, desconstruindo padrões da “moral e dos bons costumes”, em meio a um cenário de forte conservadorismo, na época em que o Rio de Janeiro ainda era identificado como capital do Brasil (BRAGA, 2021, p. 77).

O historiador James Green, em um artigo intitulado “O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira”, conta que no ano de 1938, alguns amigos e amigas de Madame Satã, convenceram-na a participar do concurso de fantasias de baile de carnaval, que acontecia no Teatro República, próximo da Praça Tiradentes, Centro da cidade do Rio de Janeiro (GREEN, 1900, p. 76). O evento havia sido promovido pelo grupo de carnaval de rua “Caçadores de Veados”. Era uma oportunidade dos homossexuais, travestis e transexuais terem liberdade de utilizar roupas vistosas, sem que houvesse nenhum incômodo por parte das autoridades. A partir de afirmações de Madame Satã, o autor diz:

Era realmente um desfile que atraía turistas de todas as partes do Brasil e de países estrangeiros. Todos aplaudiam muito, e as bichas concorrentes ganhavam prêmios bons e retratos em alguns jornais e iam ficando famosas. (GREEN, 2003, p1)

Quarenta anos depois, em 1978, durante os anos de decadência do regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, pequenos grupos de lésbicas, gays, travestis e transexuais ativistas vinham organizando esforços no sentido de construção e organização do movimento social brasileiro em prol dos direitos das LGBTQIAP+. Para isso, reuniam-se em encontros semiclandestinos, organizavam grupos de conscientização, articulavam ligações tênuas com

os movimentos feministas e de consciência negra e participavam cautelosamente em mobilizações contra a ditadura, período em curso na época, com diversas repressões diretas a militantes e principalmente a pessoas negras e LGBT (GREEN, 2003, p. 2).

Para resgatar a história de Madame Satã, busquei fazer um levantamento bibliográfico a partir das produções de dissertações e outros textos e me debrucei sobre os estudos de James Green que destaca que, em certos aspectos, Madame Satã era uma bicha “digna”, segundo o autor, de representar as bichas das classes baixas que circulavam no meio social do Rio de Janeiro na época. Ao mesmo tempo, ela transgrediu padrões de atuação que privilegiavam a efeminação e imitação do comportamento associado a mulheres cisgêneros.

No ano de 1951, Madame Satã retorna aos espetáculos da era do Teatro de Revista, em uma breve temporada, imitando Carmen Miranda, período que marca sua carreira. Em 1953, os produtores de espetáculos Walter Pinto e Carlos Machado exibem em seus shows uma belíssima travesti, apresentada como “vedete” de Paris (RODRIGUES, 2016, p. 103).

A “Bicha Malandra” poderia ter entrado na “sombra” histórica se não tivesse sido ressuscitada por outra geração de cariocas, nos anos 1960, que de certa forma, ajudaram a veicular a notícia sobre sua presença na sociedade, o que fez com que voltasse a promover sua imagem em “O Pasquim”, jornal semanal alternativo brasileiro, de característica paradoxal, editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991, semanal ligado à contracultura.

O diálogo entre os intelectuais boêmios e a identidade ambígua e fluida de Madame Satã revelam uma intrigante remodelação dialética de sua narrativa de vida e a cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente a região da Lapa, berço da boemia carioca (GREEN, 2003, p. 4).

Para o historiador James Green é correto afirmar que Madame Satã se apresentava frequentemente com grupos boêmios e foi uma grande remanescente da Lapa dos anos 1930, sobrevivente das lutas de navalha e da valentia que liquidara a maioria das outras artistas de sua geração.

Aos setenta e um anos, Madame Satã continuava resistente, com seus cabelos brancos e pele escura, num intenso contraste com suas camisas de seda colorida, e joias reluzentes. Ela ainda podia contar histórias sobre o uso de cocaína, os cabarés e cassinos que existiam na Lapa decadente dos anos 1970 e ficavam somente na imaginação da juventude e dos intelectuais da boemia carioca.

Por conta de sua trajetória de vida, era sugerido por muitos que Madame conhecia melhor que ninguém, a história e a cultura de rua, da Lapa dos anos 1930. Satã oferecia aos escritores de “O Pasquim”, nesse semanário proposto em solo brasileiro, a oportunidade de provar que, apesar de serem intelectuais privilegiados da Zona Sul, podiam também se identificar e se comunicar com as classes populares brasileiras, ou ao menos com símbolos emblemáticos destas classes (GREEN, 2003, p. 6).

É de conhecimento público que a ditadura militar em curso no Brasil a época atuou muito fortemente no Rio de Janeiro, se configurando como um período de censuras e perseguições, de preconceito e discriminação principalmente com relação à grupos vulnerabilizados socialmente como negros, mulheres e LGBTQIAP+.

No dia 22 de agosto de 1972, Madame Satã protagonizou como a principal atração do espetáculo “Misto Quente”, em cartaz no Teatro Princesa Isabel. Um pouco antes do espetáculo, Madame Satã teve o nariz fraturado por socos desferidos por um motorista de táxi, durante um percurso numa tarde, saindo da Urca, em direção ao seu destino, o bairro da Glória, sempre passeando pelos Arcos da Lapa. O motivo foi ter repudiado as investidas sexuais e “propostas indecentes” de diferentes sujeitos no seu trajeto (RODRIGUES, 2016, p. 103).

Sem sombra de dúvida, Madame Satã foi um grande ícone de toda uma geração que através da arte encontrava estratégias para sobreviver, resistir aos ataques absolutamente brutais contra toda e qualquer forma de liberdade de ser e amar. Satã marcou e vivenciou através de seu corpo e trajetória tempos de muita violência e discriminação social no país. Criando mecanismo de resistência, possibilitando a existência de outras inteligibilidades.

Ela que entre tantas outras de uma mesma geração com ousadia e criatividade, se entregaram à desterritorialização de si mesmas, potencializando e transformando os limites, as fronteiras historicamente sedimentadas dos processos de subjetivação. Pode-se dizer que era uma espécie de experimentação sem muita referência, afinal elas não contaram com o saber, as orientações, as dicas, a proteção e os cuidados das mais experientes, as chamadas “mães” ou “madrinhas”, tão recorrentes e importantes na vida das bichas pretas e das gerações de pessoas LGBTQIAP+ seguintes.

2.2 - “Não existe hierarquia de opressões”

Aqui, gostaria de propor uma reflexão sobre as relações hierarquizantes opressivas que perpetuam sobre a trajetória e história das bichas pretas, analisando as memórias narradas de pessoas negras, além de pessoas LGBTQIAP+, sobre as diferentes formas de opressão e o seu *modus operandi*. Com base nos pensamentos de Audre Lorde (1984) a narrativa irá nos conduzir a uma reflexão sobre negritude e homossexualidade em percurso de formação intelectual, na tentativa de estabelecer um debate interseccional. A intelectual escreveu diversos ensaios sobre racismo, feminismo, sexualidade. Em seu texto “Poesia não é luxo” afirma que a poesia, para mulheres de cor, é uma necessidade de sobrevivência.

Eu falo aqui de poesia como uma destilação revelatória da experiência, não o jogo de palavras estéril que, muitas vezes, os patriarcas brancos distorcem a palavra poesia para significar - para cobrir um desejo desesperado por imaginação sem vislumbre. Para mulheres, então, poesia não é um luxo. Ela é uma necessidade vital de nossa existência. Ela forma a qualidade da luz dentro da qual predizemos nossas esperanças e sonhos em direção a sobrevivência e mudança, primeiro feita em linguagem, depois em ideia, então em ação mais tocável. Poesia é a maneira com que ajudamos a dar nome ao inominado, para que possa ser pensado. O horizonte mais distante de nossas esperanças e medos é calçado por nossos poemas, talhado das experiências pétreas de nossas vidas diárias. (LORDE, 1984: 1)

Audre Lorde (1984), ativista e escritora, descreveu em suas obras a si mesma como mulher, mãe, negra e lésbica e, a partir dessas condições impostas sobre seu Eu e seu corpo, dizia “eu sou definida como outro em cada grupo que faço parte”. Seus escritos pautam um olhar atento sobre a “teoria das diferenças”, apontando para ideia de oposição binária entre homens e mulheres, sendo extremamente simplista, afirmindo que tal percepção por si só já ocultaria as diferenças dentro da categoria “mulher”.

A autora explica a definição de “sexismo” como “uma crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros, e então seu direito a dominância”, enquanto “heterosexismo” seria “a crença na superioridade inerente de um modelo de amor sobre todos os outros”, afirmindo que ambos nascem da mesma fonte, assim como o racismo.

Essa dissertação tem como intuito salientar um discurso no campo dos estudos da linguagem sobre negros homossexuais, partindo das propostas das Guacira Louro (2004, p. 7) sobre “teorias queer”. Proponho uma discussão sobre a questão racial pelas perspectivas de gênero e sexualidades. Para tal, irei utilizar o princípio etnográfico para analisar as performances de gênero e as performances narrativas de um grupo, como construto teórico-

metodológico; seguindo com análise de uma roda de conversa de um coletivo negro LGBTQIAP+.

A partir do conceito de gênero e performances de Judith Butler (1993), é possível agregar à essa leitura a noção foucaultiana de “sexualidade”, trazendo como intercessores os questionamentos da obra “Pele negra, máscaras brancas” de Frantz Fanon para refletir sobre “sujeito e subjetividade”.

Audre Lorde (2020), em seus estudos teóricos, dialoga sobre “interseccionalidade” para fomentar o debate das discussões étnico-raciais no contexto educativo, além de conversar com as ideias do livro “Ensinando a transgredir – Educação como prática da liberdade” de Bell Hooks (2020).

Desse modo, busco trazer autores e autoras negras que contribuem para discussão sobre o racismo e o mito “democracia racial”, propondo uma reflexão crítica sobre a construção da sociedade brasileira, tecendo uma intersecção sobre os debates de gêneros, raça e sexualidades.

Partindo desse princípio, é difícil acreditar que um aspecto de quem eu sou poderá possivelmente lucrar na opressão de qualquer outra parte identitária. Para refletir a respeito foi necessário centrar-me sobre essa perspectiva, analisando as diferentes formas de opressão e como vão operar em seus variados nichos da sociedade.

A autora segue: “os ataques crescentes sobre lésbicas e homens gays são apenas uma introdução aos crescentes ataques sobre pessoas negras”. Nessa afirmativa, entende-se que nós, pessoas negras LGBTQIAP+, não podemos nos dar ao luxo de lutar apenas por uma forma de opressão.

Quem lucra com lésbicas se batendo? Os homens brancos foram levados a acreditar que eles são Deus; muitos homens gays brancos só são marginalizados em apenas um aspecto. Grande parte do movimento gay branco procura fazer parte do Sonho Americano e projeta uma raiva inacreditável quando não são incluídos nos privilégios do homem branco padrão, privilégios conhecidos como Democracia Americana. Frequentemente, os homens gays estão trabalhando para não mudar o sistema. Esse é um dos porquês do movimento gay masculino ser tão branco quanto é. Gays negros reconhecem, outra vez pelos fatos da sobrevivência, que eles não estão sendo incluídos da mesma maneira. (LORDE, 1981, p. 25)

Existe uma divisão entre os homens brancos gays e os homens negros gays, que vem sendo examinada e explorada por muitos pesquisadores. Reconheceu-se que, há coisas que nós não compartilhamos com lésbicas e homens gays brancos. Além disso, a explicitação dos objetivos é necessária entre lésbicas e gays brancos, e lésbicas e gays do “terceiro mundo”. Entretanto, não há nenhuma batalha essencial entre homens gays brancos, em si, pois a lógica dominante é branca, masculina, cisgênero e heterossexual.

Com certeza há homens gays brancos que não categorizam suas opressões e lutam por um futuro. Mas esse é um problema das políticas majoritárias: muitos homens gays brancos estão sendo puxados pelas mesmas cordas que outros homens brancos nesta sociedade. Você não consegue que pessoas lutem contra o que eles identificaram como seus interesses básicos. Contudo, como estratégias de defesa, criam-se mecanismos que subvertem a lógica branca, eurocêntrica e capitalista e, por isso, há necessidade de fomentar autores que discutam as diferentes formas de opressão, buscando relacionar os temas aqui abordados.

Desse modo, este estudo requer um aprofundamento em temas como: gênero, raça e sexualidade. Não se menciona essa interseccionalidade sem citar a importante influência de Audre Lorde (2009), uma escritora que faz considerações de extrema pertinência, como:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay

porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão. (LORDE, 2009, p. 10).

Beauvoir (1980, p. 9) afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se”. Essa afirmação ressalta a importância de que não é possível restringir a criança ao seu órgão sexual. A infância é fase importante para as funções que o indivíduo irá exercer ao longo de sua vida e as representações poderão afirmar os gostos e a própria personalidade da pessoa. Afirmar na infância que mulher é sensível e por isso brinca de dona de casa e o homem é forte e por isso brinca de carros, super-heróis e esportes, cria estereótipos a respeito do que é ser mulher e homem, tanto nas relações interpessoais quanto na identidade pessoal e profissional do indivíduo.

A percepção de que essa interseccionalidade é real é que as mulheres e os homens negros que não são heterossexuais resistem a uma marginalização oriunda de vários lados. Não adianta pensar separadamente, como Lorde (2009, p.05) diz: “eu simplesmente não acredito que um aspecto de mim pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outra parte de minha identidade”. Nesse sentido, é possível analisar a interseccionalidade como aspecto importante para ser pensando, discutido e compreendido pelos movimentos sociais, em especial, por todo movimento negro brasileiro.

Na obra “racismo e sexismo” escrito por Lélia Gonzalez (1984), a autora faz uma reflexão sobre a suposta ingenuidade da branquitude, apontando para como os brancos enxergam as pessoas pretas e como se apropriam de suas histórias, memórias e cultura. A autora vai trazer a “consciência” e a “memória”, destacando o esquecimento e até o saber. Lélia Gonzalez (1984) reencena o mito da democracia racial em seus escritos, sempre cirúrgica em suas colocações, apontando a bagunça e confusão que fez o branco:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. (GONZALEZ, 1984, p. 224)

Dialogando com as questões de raça e gênero, que estão sendo debatida a autora Guacira Louro (1997, p. 18) diz: gênero se constitui com e/ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negligenciada a biologia, mas demarcada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Busca-se, dessa forma, refletir sobre o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos.

CAPÍTULO III

OS EFEITOS SEMÂNTICOS DAS PERFORMANCES DE UMA BICHA PRETA CARIOLA

O homem negro, em especial, o homem negro gay, é socialmente hiper sexualizado. No decorrer da história ocidental, desde que os europeus fizeram o primeiro contato com o continente africano, o pênis negro tornou-se referência das relações que a partir daí seriam estabelecidas. O órgão genital foi medido, pesado e dissecado por cientistas, sendo guardado em recipientes com formol. Além disso, foi exibido em espaços culturais europeus, causando “frisson”, em uma plateia que ao mesmo tempo que se espantava, desejava o que via, consequentemente causando desconforto na masculinidade cis-hétero-branca (FRIDMAN, 2001, p. 98).

A definição da masculinidade, como um procedimento político envolve a criação de outros que sirvam como pano de fundo contra o qual se constrói a masculinidade hegemônica por oposição à masculinidade subalterna. É castrando e padronizando o homem negro que o branco constrói sua hegemonia, desqualificando os que são apontados como portadores de uma “masculinidade subalterna”: negros não binários, bichas pretas, gays afeminados, como afirma Megg Rayara Oliveira (2017, p. 46).

A construção social da homossexualidade do sujeito negro-gay carrega consigo aspectos que são perigosos para os próprios, como apontam diferentes estudos. Afinal, para conseguir reconhecimento, as bichas pretas tiveram que ser expor e serem expostas a situações que colocavam sua saúde e segurança em risco. Os índices de mortalidade comprovam que homens negros tem uma taxa maior do que das mulheres brancas e maior também que dos homens brancos. Essa taxa aumenta, ainda mais, em relação à LGBTQIAP+ negros.

Pesquisas apontam que, em geral, os homens correspondem a taxas de mortalidade mais altas para os três grandes grupos de carga de doença do que as mulheres, em todas as categorias de raça/cor. No que se refere ao grupo de causas externas, o risco de morte dos homens foi 3,3 vezes maior que o das mulheres na raça/cor branca, 2,8 vezes maior na indígena e de 6,3 vezes maior na negra (Brasil, 2017). Tornando-os parte da maior população de risco, sabemos que essas desigualdades têm início desde a infância.

Os meninos pobres e negros são vistos como problemáticos e, em geral, irrecuperáveis, frutos de uma família igualmente problemática e geralmente lida como desestruturada. Novamente, quando se trata de garotos gays e afeminados, a situação piora. Afinal, em muitos desses recortes, há um indivíduo que é oriundo de uma família que geralmente o pai é ausente.

Corpos pretos dissidentes a norma padrão de gênero manifestam seu rompimento com aquilo que está enraizado desde o período colonial. As movimentações são as formas que os corpos encontraram de estabelecerem conexões. Os argumentos que tentam justificar as desigualdades não podem ser traduzidos nas diferenças biológicas, se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social. Mas sim, nas composições, na história, nas vivências e nas condições de acesso aos recursos da sociedade, além disso, nas formas de representação.

Raewyn Connell (1995, p. 189) afirma que no gênero “a prática social se dirige aos corpos”. O que significa dizer que o conceito está ligado ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. O conceito passa então a ser usado com um forte apelo, compreendendo que é no estabelecer das relações sociais que se constroem os gêneros.

Nesse sentido, temos diferentes justificativas no que tange a discussão de gênero e sexualidades, sobretudo, é preciso constituir raça como marcador social dessas discussões, pois a população negra enfrenta maiores barreiras no acesso aos serviços de saúde da atenção primária à alta complexidade, evasão escolar, alta taxa de desemprego. Dados nacionais têm apontado maior prevalência de doenças crônicas e negligenciadas, o que gera maior vulnerabilidade social e econômica associada às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso a bens e serviços.

O pesquisador Maurício Polidoro, analisou que no total de notificações de violência contra pessoas LGBT, 69,1% das pessoas atendidas eram adultos e 24,4% adolescentes. A raça/cor negra predominou em todas as faixas etárias, chegando a 57% entre adolescentes de 10 a 14 anos. A pesquisa mostra ainda que 46% das vítimas eram transexuais ou travestis e 57% eram homossexuais, dos quais 32% lésbicas e 25% gays. Em todas as faixas etárias, a natureza de violência mais frequente foi a física (75%) e, em 66% dos casos o provável autor é do sexo masculino. O principal vínculo das vítimas com o agressor é o de parceiro íntimo (27%), e em seguida o responsável é um desconhecido (16%). A partir de recorrer a esses dados, faço um contraponto aos teóricos que me ajudam a compreender questões que permeiam trajetórias de pessoas negras LGBTQIAP+.

Bichas pretas são aquelas que apresentam resistência, mas também, resiliência no processo bastante doloroso de “sair do armário”. No que tange a relação com família e amigos, assumir sua orientação sexual e reconhecer seus desejos pode ser um momento de muito atrito e contradições. Ser negro e gay em um país racista e “LGBTQIAP+fóbico” tem nocivos efeitos sobre as subjetividades desses corpos, relacionadas a produção de um modo de ser, de estar, de sentir e de perceber o mundo.

Mais uma vez, é importante refletir a descoberta da sexualidade pelos homens negros – aqui me refiro a sexualidade homoerótica, sendo um lugar de onde falo de onde construo a minha experiência subjetiva. A masculinidade ocidental sustenta a lógica violenta do patriarcado, pois é branca. É preciso, reencontrar a partir dos relatos das histórias pessoais, narrativas negras e não atravessadas pelo olhar branco-colonizador, um caminho para se pensar por outro ângulo o campo afetivo.

As bichas pretas ainda são associadas a “um problema”, algo que não merece investimento, situação parecida com o que ocorre na afetividade. As intersecções de raça, gênero e classe mantém na condição de privilégio, gays brancos, de classe média padronizados e cis normativos. Sendo assim, a ascensão e aceitação das nossos corpos nos espaços LGBTQIAP+ exigem de nós esforços redobrados.

Esses efeitos da marginalização do corpo negro, do silenciamento e da invisibilidade, têm sido engajados histórica e continuamente pela mídia, além de outras instituições, e como resultado assimilados e veiculados por toda uma sociedade. Os efeitos discursivos e performáticos são perceptíveis nas práticas sociais e nas relações que cotidianamente são estabelecidas. Nas tendências *queer*, ser negra, amarela ou branca seria o resultado dos diversos atos de fala performativos a que negros amarelos e brancos são constantemente expostos desde seu nascimento, ou seja, o sujeito social seria resultado dos efeitos discursivos que o constituem “performativamente” (SULLIVAN, 2003).

Não há uma soma de opressões, há uma associação de sistemas e posições de opressões que funcionam de maneira estruturalmente interseccionadas, visto que, as sexualidades são gerenciadas e o gênero é racionalizado. O que nos leva a pensar: as

identidades não seriam então constituídas entre cruzamentos? Na sociedade em que a LGBTfobia se conjuga com o racismo, temos desafios e urgência para a efetiva implementação de políticas públicas voltadas para população negra LGBTQIAP+.

Um enunciado que circula em discursos sobre homens negros homossexuais é a seguinte fala: “além de preto, bicha?”. Debruçando-se sob as perspectivas *queer*, Sommerville (2000) e Barnard (2004) entenderam que a sexualidade e o gênero não podem ser estudados sem incluir a questão racial e vice-versa.

De acordo com os pesquisadores, os teóricos de raça tendem a centrar-se na raça em primeiro lugar, os de sexualidade a privilegiam e os estudiosos de gênero, por sua vez, olham primeiro e somente para esta categoria. E quanto a mim, que vos falo, bicha preta e pesquisadora, será que devo hierarquizar esse debate?

Vamos aqui pensar como as questões raciais estão intrinsecamente relacionadas a outras dimensões da vida humana. Wilchins (2004) argumenta que uma análise que contempla uma única categoria isoladamente permite uma visão inconsistente do sujeito social. Ainda conforme o autor, “não se é apenas a raça, deve-se aprender a ser de uma raça, inclusive – em certas circunstâncias – a passar a ser de uma raça” (WILCHINS, 2004, p. 116). No mundo real e social, são exigidas dos sujeitos sociais performances correspondentes às características a ela atribuídas psicológica e biologicamente. Desse modo, quando certos comportamentos e posturas são rompidos nas práticas performativas por um grupo de bichas pretas, que gesticulam e que são afeminados, há um estranhamento sobre os paradigmas psíquico-biológico e social já pré-definido sobre aqueles corpos.

Neste estudo, a linguagem é entendida na perspectiva performativa (AUSTIN, 1990), (BUTLER, 2014) e (DERRIDA, 1988), ou seja, a linguagem não é espelho da realidade, mas uma forma de ação no mundo social. Ao expor nossas histórias e memórias, estamos, também, coexistindo nas práticas sociais pela “interabilidade” e pelo caráter performativo dos atos de fala, da voz etc. Esses enunciados são reiterados e constituem os corpos nas suas repercussões sociais.

Através da linguagem, compreendida como ação no mundo ou performance, agimos nas práticas sociais e podemos pensar na reinvenção e - na ressignificação (PENNYCOOK, 2007). Seguindo essa linha de raciocínio, com destaque também ao viés adotado por Bauman, (1986), Threadgold (2005), Thornborrow e Coates (2005) e Lopes (2006; 2009) conclui-se que de fato existe uma narrativa que é performance.

Segundo Bauman (1986, p. 03), ao abordar as narrativas orais, a performance é entendida como “um modo de comunicação, uma forma de falar e sua essência consiste em entender que temos uma responsabilidade para com os ouvintes”, manifestando nossa habilidade comunicativa, realçando, assim, o modo como a comunicação é concretizada com sucesso, independentemente do contexto.

Já para Goffman (2004, p. 61, faz-se uso do termo “performance” para designar toda a atividade, e/ou movimentação de um indivíduo que ocorre durante uma certa ocasião ou situação, penetrada pela presença contínua de outros que podem, ou não, influenciar a performance elaborada. Ao levar em consideração a narrativa como performance, ela possibilita uma melhor compreensão. Segundo Bauman e Briggs (1990), esse processo nos convida a uma reflexão crítica dos mecanismos que estabelecem a comunicação. Além disso, os estudos da performance colocariam em questão as concepções dominantes de raça oriundas do Ocidente ou os efeitos que se desdobram da Modernidade, nas práticas sociais marcadas também nos corpos pretos. Assim, a performance é para o outro, além de única, contextualizada, local e planejada. Como nos explica Glenda Melo e Luiz Paulo Moitta Lopes:

Sendo assim, conceber as narrativas como performances locais é poder quebrar com os paradigmas das grandes narrativas e descobertas, desconstruir dicotomias e binarismos, ou seja, desafiar, queerizar as verdades cristalizadas e dolorosas vivenciadas por muitos sujeitos sociais, incluindo as mulheres negras. A visão de narrativa como performance nos propicia compreender as histórias como atos performativos, como práticas sociais contextualizadas, que possibilitam conhecer, desconstruir e reinventar a vida e as normas sociais, como nos mostra a história de Preta. (MOITTA; MELO, 2014, p. 550)

Pensar a essencialização da raça negra por meio de características físicas, específicas, contraria as propostas das teorias *queer* de compreender as subjetividades raciais como perpassadas por gênero, sexualidade, classe social etc. (SOMMERVILLE, 2000; BARNARD, 2004; WILCHINS, 2004).

3.1 – As diferenças que nos constitui: bicha preta e narrativa

Atualmente, estamos vivenciando um momento histórico no Brasil, em que os movimentos sociais estão cada vez mais reconhecendo a negritude e os saberes produzidos por pessoas negras, refletindo sobre os efeitos semânticos propiciados pelos diferentes elementos que possibilitam aos sujeitos não somente contar suas histórias, mas também as ver.

A lógica que fundamenta a tradição do homem-branco-hétero-cis como norma, ou seja, quem não corresponde a essa leitura se torna anormal, marginalizado: para ser rico, tem que haver pobres; para um ter lucro, alguém tem que ter prejuízo, dessa maneira o sistema se alimenta e se reinventa, sempre privilegiando as mesmas figuras.

Os negros devem construir uma unidade a partir da memória da escravidão, tendo como objetivo a reconquista de sua liberdade e dignidade como pessoa humana; o resgate de sua autodeterminação e soberania (NASCIMENTO, 1980, p. 87).

Todo nosso tecido social é constituído violentamente. Quanto mais “marcas fora do padrão” uma pessoa possui, mais violência ela sofre, e quem gera e perpetua essa violência é geralmente o “padrão”.

Torna-se imperativo transformar a tradição em um ativo, viável e oportunidade social, fazendo passar pelo crivo crítico seus aspectos e valores anacrônicos; em outras palavras, atualizando a tradição, modernizando-a. Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista, anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de todos nós (NASCIMENTO, 1980, p. 45).

O sentido que damos à minoria não está unicamente restrito a uma composição demográfica, mas à forma como as “relações sociais, expressando valores, definem a distribuição de prestígio, legitimidade e poder que organizam os vínculos entre homens e mulheres, somados a outros critérios de classificação social” (HEILBORN, 2000, p. 90).

A partir destas ferramentas, é possível encontrar a possibilidade de contar a verdadeira história de quem somos utilizando desses mesmos efeitos que constroem e colocam pessoas negras em lugares de inferioridade. Ou seja, serão esses mesmos efeitos que nos farão avançar intelectualmente, como aportes teóricos e metodológicos.

Enquanto sujeitos sociais, em nossos respectivos campos de atuação, estamos acostumados a contar, ler e até ouvir histórias. Creio que seja através delas que registramos o

cotidiano e as dimensões de cada trajetória, por meio da narrativa, com o auxílio dos dispositivos tecnológicos que nos proporcionam engajamento nos temas aqui refletidos.

Para Fanon (2008), as relações de poder moldam a sociedade, determinando as posições e os sujeitos. Ainda de acordo com esse mesmo autor, “o superior se vale da hierarquia”. É dessa forma que se define o que é poder, exclusão e identidade, como Luz e Santos (2013, p. 4) citam:

O poder permeia, limita e expande a capacidade de produção e atualização das identidades nos contextos culturais. Há uma confusão comum entre poder, alteridade, identidade e exclusão. Na ausência de poder, não existe identidade: é o poder que permite enunciar a diferença. Mas o poder também é o que permite a desigualdade e a exclusão. Toda a experiência identitária, nos contextos sociais que conhecemos, torna-se também uma experiência de exclusão. Por isso, é impossível separar os conceitos e sua ocorrência nas disputas sociais. (LUZ; SANTOS, 2013, p.4).

Não há problema nas diferenças, afinal, são elas que fortalecem a multiplicidade dos seres humanos. Mas, como Luz e Santos (2013) explicam, a questão não são as identidades, mas as desigualdades que elas criam, explicam ou naturalizam em determinados contextos sociais.

O estudo da narrativa não é um privilégio apenas das áreas como a Linguística Aplicada e a Literatura. Entendo o estudo da narrativa como uma ferramenta de geração de dados, que nesta pesquisa possibilitará uma gama de informações sobre a comunidade negra LGBTQIAP+ em suas diferentes repercussões sociais. É importante lembrar que o ato de “contar histórias” é também mecanismo político, documentado desde Aristóteles. A narrativa foi e será para sempre, um importante instrumento para estabelecermos a negociação de hábitos. Segundo Moita e Melo (2014 p. 548), “as histórias contadas são práticas discursivas sociais, contextualizadas e reportáveis”.

3.2 – Por uma construção da bicha preta como uma identidade política

A colonização nos afastou das tradições e dos sentidos africanos de vida e de humanidade, submetendo-nos a outro modo de existir e de pensar: o do colonizador. De certo, a resistência dos povos africanos e seus descendentes, no período escravocrata e na contemporaneidade, é condição de possibilidade para a manutenção dos sentidos culturais de África, ainda que em embate permanente entre a cultura de nossos povos originários e a cultura europeia-colonizadora se dê tanto no plano político quanto no plano subjetivo.

Segundo Hall (2003), pessoas “racializadas” têm a sensação permanente de estar fora de casa, fora da possibilidade de ser integrado e genuinamente acolhido onde se vive. A subjetividade negra é diáspórica por trazer em sua memória corporal e genealógica a saída de seu lar, de seu espaço de segurança, de afirmação de si e do seu povo. Busco trazer como fragmento o legado da bicha preta e seu reconhecimento enquanto sujeito a partir da construção dessa identidade.

Ao transformarmos a bicha preta em sujeito social desconstruímos discursos de raça na sociedade, assim como os discursos também consolidados sobre gênero e sexualidade, possibilitando a existência de outras performances. Ao pensar sobre a questão racial e sobre discursos que estratificam binarismos, em relação às pessoas “racializadas”, deparamo-nos constantemente com formas de inferiorizar e erotizar a bicha preta, afeminada.

Para pensarmos a respeito da construção social e cultural da bicha preta, enquanto identidade política, perpassaremos pelo conceito de performance que se caracteriza mais pelas repetições não racionalizadas dos comportamentos que ditam os gêneros e que apesar de

serem atos que se pratiquem de maneira livre e espontânea, são regulados “por uma estrutura social rígida de linguagem que a sustenta e impede outras possibilidades de agir” (SILVA, 2018, p. 24-25).

Essa *performatividade* pode ser compreendida como: o ato de desempenhar papéis de gênero de maneira proposital, correspondente ao ato de desafiar e escancarar a fragilidade dessa performance, sendo também uma ação que tem relevo político. Tal noção, discutida por Judith Butler (2017, p. 235), diz respeito à constituição do corpo e do gênero:

Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2017, p. 235)

Para ampliar as possibilidades do processo de investigação, o texto de Judith Butler (2017) propõe alguns conceitos relacionados a gênero que fortaleçam as discussões de performance. Ou seja, para categorizar as performances de gênero, precisamos antes pensar qual é a definição dos “papéis de gênero”. Algo que por vezes é confundido, no sentido de interpretação teatral, ou seja, a representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho, em determinada cultura, é considerado papel de gênero, o que implica na performance de gênero determinante.

Esses estudos já mencionados na escrita desse texto, tem como objetivo observar a diversidade cultural humana, mostram que as performances de gênero são muito diferentes, dependendo da localidade e cultura, em um certo contexto. Além disso, essas mesmas produções acadêmicas e referências teóricas, afirmam que tais elementos podem ser e determinar o desempenho da *performatividade*. Rodrigo Borba (2014), irá nos ajudar a compreender esses conceitos performativos:

É no desmantelamento entre constativo e performativo que Butler situa sua teoria. Para a filósofa, enunciados como “é uma menina” ou “é um menino” não simplesmente descrevem um estado de coisas anterior à enunciação, mas fazem com que o corpo ao qual eles se dirigem entre em um processo infindável (porém, não imutável) capturado pelas normas da matriz de inteligibilidade de gênero. (BORBA, 2014, p. 461)

Assim, para o autor, “a performatividade implica estilização repetida do corpo que é constrangida por ideais normativos de coerência de gênero”, que por sua vez, é introduzido pela heterossexualidade compulsória. Essa repetição dissimula o pacto que produzem corpos “generificados”. No entanto, é essa repetição que também possibilita a transformação. Nos escritos do texto “Problemas de Gênero”, a filósofa Judith Butler se pergunta: “Que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade?” (BUTLER, 2003, p. 57)

As identidades de gênero são constituídas na ou pela linguagem, o que significa que não existe identidade de gênero que a preceda. Em outras palavras, não há identidade de gênero antes de sermos interpelados/as linguisticamente.

Entender a identidade como uma prática [...] significante é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. (BUTLER, 2003, p. 208).

Nesse contexto, observamos que, à medida que os sujeitos vão adentrando os espaços sociais, se faz necessário realizar um movimento de ir e vir, para que, assim, possam compreender como também se inserir nos espaços onde são minorias. Nesse sentido, o coletivo “É menino ou menina?” tem como meta tornar-se caminho de acesso para bichas pretas faveladas para que, a partir disso, possam identificar estratégias de fortalecimento e construção da sua identidade de forma menos negativa e invisibilizada, buscando superar os cruzamentos das opressões.

Acredito que as organizações comunitárias são de suma importância para o processo de construção de identidade de um determinado povo. Através do modo que falamos, é possível descobrir algumas características de um indivíduo, como de onde é, qual o meio social, dentre vários outros aspectos. Para pensar a construção da bicha preta como uma identidade política, foi preciso refletir sobre as questões culturais que atravessam esse sujeito.

Ao escrever sobre trajetórias e a experiências de negros homossexuais, é importante cada vez mais refletir ideias socialmente construídas sobre o que é ser homem. Os movimentos feministas, LGBTQIAP+ e principalmente os movimentos negros criados nos anos 60 e 70 começaram a problematizar a hegemonia masculina branca heterossexual nos seus debates sobre sexo, gênero e raça. Esses grupos de ativistas, articularam para contestar a discriminação e a desigualdade que enfrentavam, propondo outras mentalidades, comportamentos e novas linguagens para as relações sociais, questionando a masculinidade hegemônica branca e heterossexual.

Há autores como Melo e Moita Lopes (2013), Sullivan (2003), Wilchins (2004), e Loxley (2007) que indicam que o entendimento das teorias *queer* se embasam na ótica foucaultiana, de que o poder é exercido nas micro relações, na concepção dos atos de fala performativas.

É interessante também que levemos em consideração a forma como as relações construídas contemplam as identidades étnicas racializadas e de gêneros fluídos. A extensa bibliografia a respeito de mulheres, gays e minorias étnicas aponta o homem branco heterossexual como principal adversário e alvo das reivindicações. Entretanto, esta pesquisa tem interesse ainda maior em ressaltar as diferenças que existem entre LGBTQIAP+. Afinal, gays, lésbicas e travestis e transsexuais não possuem ou compartilham da mesma relação de poder. Há hierarquias de acordo entre esses grupos, como classe, origem regional, religião e, obviamente, grupo étnico.

Abordar a questão racial em pesquisas, no território brasileiro pelos aportes teóricos *queer*, é também, consequentemente, propor um enfoque diferenciado nos debates da escravidão, abolição, e democracia racial (SODRÉ, 1999); (MUNANGA, 1986); (TELLES, 2003); (HENRIQUE, 2007). Além de refletir a respeito de quais são os efeitos semânticos nas práticas sociais, questiona-se, desta forma, os discursos normalizadores sobre raça e gênero, que visam apenas a desqualificar e inferiorizar negras(os) como sujeitos sociais.

CAPÍTULO IV

ENCONTROS E DIÁLOGOS: COLETIVO É MENINO OU MENINA COMO UM MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

O coletivo “É menino ou menina?” nasceu durante a pandemia mundial de COVID-19. Apesar do momento que estávamos vivenciando, concentrarmos nossos esforços para iniciar todo um processo de produção coletiva de saberes, elaborado através das Artes Cênicas, oficinas de costura, e debate. Sempre carregando mensagens potentes que poderíamos chamar de justiça poética.

Na discussão a respeito da violência e violação da vida da população negra e LGBTQIAP+, as rodas de conversa surgiram como instrumentos de resistência. Desta forma, conseguimos identificar pontos para refletir os impactos das atividades propostas e as mensagens que falavam sobre as dores e delícias de ser uma bicha preta carioca, levando em consideração o cenário de toda essa luta. EMM está pautado em “insurgências coletivas”, no enfrentamento às violências cotidianas oriundas de estruturas de dominação. Em segundo plano, visa traduzir o esforço no que tange a produção de conhecimento no interior das comunidades negras.

Proponho analisar um áudio da roda de conversa realizada no primeiro encontro do coletivo EMM. Busco observar e fazer uma releitura da vide performance, apontando para importância da arte e da cultura nas ações proposta pelo coletivo. Enquanto bom pedagogo, me debruço sobre uma oficina de costura mediada e conduzida por integrantes do coletivo EMM, que foi proposta como uma atividade pedagógica tecendo um processo de construção individual, ancestral e coletiva.

No primeiro semestre de 2021, foi concebida a ideia de um projeto, que chegou a ser financiado pelo edital da FOCA – fomento à cultura carioca, através da SMC - Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro. O programa foi selecionado, dentre muitos, e respaldado pela lei de incentivo cultural, com o objetivo de fortalecer financeiramente artistas do setor de cultura do Brasil, diante dos impactos do COVID-19. Além da responsabilidade de apresentar um projeto, e produzir material de audiovisual, o roteiro atravessou-me em relação à experiência pessoal de ser e me reconhecer na posição de um jovem pesquisador.

A experiência de participação do edital gerou um movimento, que envolveu parcerias mútuas, entre vários integrantes do coletivo. A partir disso, pôde-se desenvolver um cronograma, programação, direção e produção de todas as atividades executadas, incluindo a gravação e apoio da equipe do NuVISU, (projeto de extensão da UERJ-FEBF). A ação exigiu um amadurecimento e disponibilidade maior do grupo, por tratar-se de um conteúdo delicado, que carrega uma mensagem tão importante e necessária para a sociedade.

4.1 – Primeira roda de conversa do coletivo EMM

A primeira atividade presencial, em grupo, do coletivo foi realizada no dia 16 de abril de 2021. Na Rua Monte Alegre, 49, na Cidade do Rio de Janeiro. O local específico escolhido para o desenvolvimento da atividade foi nos fundos de um quintal, não por acaso, como intuito de promover um encontro leve e descontraído. Iniciamos propondo algumas

indagações sobre aceitação, suporte e relações cotidianas. O encontro foi marcado pela autêntica corporificação dos que estavam presentes, a princípio tentávamos compreender onde a materialização dessas ideias chegaria. Inicialmente, foi apresentado um plano, responsável por nortear o encontro, com a proposta de que todas pudessem se apresentar, se sentindo confortáveis.

Um dos assuntos escolhidos como pauta para a discussão em grupo era “A construção da homossexualidade negra, no Brasil”, refletindo sobre a força que impulsionamos quando nos reunimos para debate, e discussão em torno das experiências individuais e coletivas. Algo que ficou evidente, já no primeiro momento foi a roda de conversa, que tornou o encontro mais dinâmico, lúdico e construtivo, colaborando para nos ajudar a concluir a meta de ouvir, acolher e conectar bichas pretas. O coletivo se dispôs a firmar um acordo unânime, de não condicionar o espaço que estávamos construindo em um “lugar de sofrimento”, onde seria pautado somente dor, e tragédias.

O coletivo como um espaço de acolhimento, fortalece não só os saberes que compartilhamos ao longo dos nossos encontros, resultam em um espaço que abre margem para manifestá-lo dos relatos das experiências que se cruzam. E um dos primeiros diálogos qual iniciamos a discussão foi sobre “sair do armário”.

Quando me assumo para minha família, escolhi assumir para minha avó, e depois que eu contei foi só alegria, não precisei mais falar para ninguém, todos da minha família foram descobrindo com o tempo. É um campo minado, minha relação com minha mãe ficou estremecida, porque eu quebrei uma expectativa dela, que seria dar netos, ter filhos biológicos, eu fiquei um tempo estranho com minha mãe, mas larguei o foda-se, eu sempre me neguei, e quando eu me assumo gay, abre um leque, e no mesmo tempo eu me entendo enquanto negro, então, eu me assumo gay, e me descubro que sou negro. Houve uma ruptura, onde eu falaei agora eu vou ser o negro, agora eu vou ser o gay mesmo. (Jonathan Fonseca, 27 anos, morador de Gramacho, Duque de Caxias, primeira roda de conversa do coletivo EMM, dia 16 de janeiro de 2022).

Para esse integrante do coletivo EMM ideia de “sair do armário” está atrelada a um pensamento colonial, pois, para pessoas negras é como um campo minado, ao romper com expectativas que são impostas sobre você desde antes seu nascimento. A ruptura é um instrumento aliado às pessoas negras LGBTQIAP+ nesse momento da “aceitação”, ela que promove o autorreconhecimento, a construção das diferentes identidades e subjetividades. Jonathan, fala sobre precisar romper para seguir, fala sobre se descobrir gay e negro, por ter a pele mais clara e ouvir a vida inteira que era moreno ou pardo.

Durante o encontro, surgiu o questionamento, entre nós: “Quais seriam os próximos passos a partir daquele primeiro diálogo. Quais seriam as ações e intervenções protagonizadas pelo grupo ali presente?”



(Figura 3 - Primeiro encontro do coletivo EMM no ano de 2020, na cidade do Rio de Janeiro, Bairro de Fátima. Fotografia: Laís Dantas)

Em círculo, nos reunimos e dissemos uns aos outros o que somos, quem somos e como gostaríamos de ser vistos, lembrados, amados, consequentemente, os sentimentos de dor, e angústia, surgiram, sobretudo, retribuímos com acolhimento. Sendo assim, ficou evidente o caminho necessário para sair do eixo “É menino ou menina?”, driblando conscientemente a construção de binariedade de gênero e ampliando as possibilidades que compreendem: “É menino, menina, menine? Ou o que você quiser ser”.

O coletivo EMM é formado majoritariamente por pessoas envolvidas desde o início de sua estruturação, além de outros indivíduos que têm se juntado ao grupo ao longo do tempo. Ainda que tenham sido necessárias diversas movimentações de organização e articulações, o processo de construção do coletivo, em geral, ocorreu de forma espontânea.

Para análise da roda de conversa, utilizei um áudio que registra os sons de todo encontro do coletivo EMM, em especial, o relato de cada bicha preta, sendo possível até ouvir o canto dos pássaros numa tarde de sábado no Bairro de Fátima, na cidade do Rio de Janeiro, com um momento inicial de apresentação, propomos um reflexão sobre a construção da homossexualidade negra no Brasil, pensando sobre essas condições imposta de precisar “se assumir”, e quando se é negro, como esse marcador reforça a condição do corpo negro LGBTQIAP+ num lugar de pecador, traidor:

Eu fui criado numa igreja evangélica, a primeira vez que fiquei com um menino eu tinha 20 anos, minha família toda evangélica, minha mãe é pastora. Quando eu fui contar pra ela, eu tinha medo da reação dela, quando resolvi contar, foi com receio de que outras pessoas na rua contassem. Eu sempre fui muito afeminado. Quando contei pra ela, foi aquele drama todo, ela disse que se sentia rasgada por dentro, nos primeiros meses eu não conseguia encarar ela, por vergonha, mesmo sabendo que não era errado ser gay, eu me sentia envergonhado. Mas hoje eu sinto que é diferente, hoje mesmo ela sendo pastora, a relação é diferente, ela respeita mais. Hoje eu não tenho dúvida de quem eu sou. (Rodney Pereira, 29 anos, morador de Realengo, primeiro encontro coletivo EMM, dia 16 de janeiro de 2022).

Nesse trecho do áudio, é possível percebermos que a culpa é um dos primeiros sintomas para uma pessoa LGBTQIAP+, ela se culpa por ser quem é, ela se culpa pela falta de conhecimento dos outros, ela se culpa pela falta de respeito, ela é única e exclusivamente culpada por ser uma pessoa LGBTQIAP+. Nesse sentido, o encontro do coletivo EMM foi protagonizado por pessoas negras LGBTQIAP+, que já enfrentam contidamente o racismo estrutural e enraizado, então quando se trata de uma condição imposta de “sair do armário”

para uma pessoa negra, esse somatório de opressões reverbera em momento constrangedor e desnecessário, criando-se uma barreira entre o bem e o mal, o certo e o errado. Pois, mesmo tendo consciência do seu “eu”, de quem era, e que mesmo sendo diferente não está errado, o relato de Rodney aponta para a culpa, para uma vergonha que constroem em seu imaginário e aos 20 anos vivencia o dilema do pesadelo e da liberdade que é se assumir para o mundo, dizer que é gay, que é gay e negro e que não tem dúvida sobre quem é.

Refletir sobre corpos negros, é uma tarefa, mas pensar corpos pretos afeminados em um país com um dos maiores índices de mortes por LGBTQIAP+fobia e racismo é, de fato um caminho exigente para os processos psicológicos do ser humano. Por essa razão, é correto afirmar que o desenvolvimento das rodas de conversa e oficinas criativas, foram uma forma de estabelecer dentro dessas dinâmicas um papel norteador em relação a ideia “do que queremos” – sem esquecer de levar em consideração “de onde viemos”.

4.2 - Performance artística “marcas que tornam quem eu sou” - por Gabe Samuel Alves

Em nosso primeiro encontro presencial, pós pandemia, a artista Gabe Samuel Alves, apresentou a performance: "marcas que tornam quem eu sou". Incitando a discussão sobre a presença e os impactos sociais da representatividade negra e LGBTQIAP+ no cenário do audiovisual e nas artes cênicas do Brasil.



(Figura 4 - Foto Performance – 1º do coletivo EMM, no ano de 2020, Performance “Marcas que tornam que eu sou” com Gabe Samuel Alves, Fotografia: Lais Dantas, Rio de Janeiro, Bairro de Fátima).

Um dos principais objetivos seria refletir a respeito de onde tecemos nosso “cobertor de opressões”, de paralisações e de impossibilidades, para que viéssemos a trazer à tona nossos corpos, ideias, afetos, marcas de vida, mágoas e inseguranças. E assim descobrir o que nos amedronta, com a certeza de que, onde quer que a gente esteja, queremos e seremos nós mesmas, bichas pretas livres. A execução da performance interagia com o público: através da escrita, “marcamos” o corpo de Gabe com palavras pejorativas, como “bixinha”, “boiola”,

“marica”, “viadinho”, “poc”, “biba”, “baitola”, “lacraia”, que um dia nos deixaram cicatrizes, mazelas impostas pela sociedade sobre nossos corpos pretos.

Durante a reunião, surgiu o interesse de fazermos um registro audiovisual. Lais Dantas, colaboradora do coletivo, atuou como videomaker, desempenhando a função de registrar a atividade através da gravação de imagem e áudio da roda de conversa. A ideia foi fundamental para auxiliar na construção da memória dos movimentos realizados pelo coletivo EMM, naquele dia.

Ao iniciar a gravação, foi solicitada a autorização de todas as pessoas que estavam presentes no local da reunião. Atualmente, o documentário com registros das rodas de conversas, oficinas e performance realizadas, está disponível para acesso na rede social no Instagram, e já conta com mais de duas mil e seiscentas visualizações.



(Figura 5 – Integrantes observando – 1º encontro do coletivo EMM no ano de 2020, na cidade do Rio de Janeiro, Bairro de Fátima. Foto por Lais Dantas).

A foto acima mostra Magnolia Avellar, Henri Fox, Gabe Samuel Alves e eu, em um dos momentos da reunião, tranquilos refletindo com um olhar fixo e questionador, prestando muita atenção naquilo que estava sendo dito. Pelo que me recordo, falávamos da necessidade das pessoas em projetar o ato de “sair do armário”: “qual é a dinâmica e as relações que implicam essa realidade para negras LGBTQIAP+?”.

Quando, o corpo negro, que por si só, já é discriminado por ser negro, acumula uma soma de opressões, será que é sobre Ser, ou apenas “assumir” algo, para uma sociedade que nos impõe a “cisgeneridez”? O grupo chegou à conclusão de que não há, ou pelo menos não deveria haver obrigatoriedade em “se assumir”. Há uma quebra de expectativa familiar, por nos estereotiparem e nos colocarem ao longo da vida como um projeto cheio de predefinições. A igreja e a escola também perpetuam um lugar de repressão, mas, também de esconderijo.

Foi uma conversa muito acolhedora e agradável, ao fundo era possível ouvir o canto dos pássaros, no Bairro de Fátima. Estabelecemos conexões e compartilhamos vivências, até que chegamos à conclusão de que ser quem somos, incomoda muito, pois o outro por vezes não tolera, e se sente implicado, ofendido.

Nosso primeiro encontro gerou bons frutos, e reverberou em muitas outras ações do grupo, isso porque desde o início propomos entender a maneira como chegamos nesse coletivo, o que nos conduzia a esse espaço de formação e de resistência, e o que pretendíamos e sugerimos como proposta para construção do projeto. Toda essa movimentação trouxe muita esperança e alegria por parte dos envolvidos, acreditando que tais reivindicações, venham a ser possibilidades para gerações que ainda estão por vir.

Ainda em conversa, cruzamos nosso pensamento refletindo a respeito das violências simbólicas, verbais e a violência física, para tratar sobre como ainda estão presentes em nossos percursos, nosso cotidiano e nosso dia a dia. Tais temas, certamente resgatam feridas e dores, até mesmo físicas, que se cicatrizam, e logo voltam a ferir, quando rememoradas. Dificilmente conseguimos reagir ou lidar, no ato, é uma situação tão absurda que às vezes não conseguimos nos defender do racismo e da LGBTQIAP+fobia, quando ocorre. Por essa razão, buscamos criar estratégias no interior dos nossos movimentos e organizações.

A falta de consciência sobre o racismo e as diferentes formas de opressões nos coloca em uma posição de vulnerabilidade, sobretudo, nossos corpos já dizem muito sobre quem somos, nossos traços, a cor da nossa pele, nossos crespos, nossos trejeitos, postura e até a linguagem.



(Figura 6 – Foto Performance “Marcas que tornam que eu sou” com Gabe Samuel Alves, ano de 2020. Foto por Lais Dantas, Rio de Janeiro, Bairro de Fátima)

Mediante a todo esforço para refletir, construir e produzir, questionamos: “Será que pessoas brancas, se perguntam cotidianamente, como nos sentimos diante das suas práticas racistas?”

Ainda vivemos em uma sociedade e instituição familiar que odeia a bicha preta, odeia a “poc”, a gay afeminada, odeia a travesti, e qualquer outra expressão de gênero que foge do padrão, não correspondendo na direção da “patrulha binária de gênero”, chegando a ser demonizada e identificada como “monstruosidade”. Segundo Gomes, “os movimentos sociais, reconstruem identidades, trazem indagações, ressignificam e politizam conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017, p. 28).

É evidente, que o racismo e a LGBTfobia nos atingem diretamente. A força que essas opressões detêm, acabam por nos paralisar, e nos colocam em um “lugar” difícil de escapar, armadilhas que nos levam ao fundo do poço. A branquitude, por sua vez, ainda hoje contribui com a manutenção dessas práticas opressivas.

4.3 - Tecendo memórias através da costura

O formato “roda de conversa”, se firmou para que pudéssemos entender as vivências daqueles que estavam envolvidos na ação social (inicial). Além de propostas de oficinas interativas (costura, performance artística, colagem etc.), onde cada indivíduo teve a chance de compartilhar seus saberes e conhecimentos com os demais. Durante a propagação desses eventos, estabelecemos uma conexão entre bichas, travestis, sapatões e tantos outros jovens negros que estão à margem das políticas públicas, para que fosse possível colher e enfrentar juntos às organizações sociais, durante o momento tão delicado que se desdobrava através de uma pandemia mundial.



(Figura 7 - Segundo encontro no ano de 2020 – Oficina de Costura com Ygor e Billidog, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro, Fotografia: Lais Dantas)

A maneira que as abordagens policiais se manifestam, por exemplo, refletem em como o Estado não dá importância à vida da população negra LGBTQIAP+, e tampouco, se preocupa com o bem-estar social, na proposição de políticas públicas efetivas de criminalização ao racismo e a LGBTfobia.

Desde os primeiros encontros do coletivo “É menino ou menina?” compartilhamos vivências a respeito de: como são nossas experiências no seio das instituições políticas e religiosas, que também cooperam com o ciclo de violências? Como construímos novos hábitos de vida? Como pensamos e acionamos mecanismos de defesa das insidiosas opressões cotidianas? Como construímos novas formas de nos organizarmos nos embates e lutas sociais? E afinal, como criar um espaço de organização preta, que acolhe, difunde, e que acredita em nossas competências e habilidades enquanto sujeitos?

Como funcionam nos interiores das instituições, seus protocolos, os comportamentos, como atendem o tratamento diferenciado a cada pessoa, em nosso encontro dialogamos também sobre os nossos campos de atuação e como a sociedade lida com nossos corpos circulando pela cidade. Busco trazer dois trechos de situações distintas e instituições que prestam serviços primários de saúde e segurança:

Meu irmão é hetero e casado, ele foi fazer um teste rápido e perguntaram para que ele iria fazer um teste rápido. Quando chego numa clínica da família ou num posto de saúde, não me perguntam a minha orientação sexual porque percebem que sou gay, e antes que eu diga o que estou buscando ou precisando, já me direcionam para um teste rápido, como se fosse único serviço de saúde que eu precisasse. (Kelvin, 28 anos, morado da Gardênia Azul, primeira roda de conversa do coletivo EMM, dia 16 de janeiro de 2021).

Uso de várias estratégias para me esquivar do racismo e da homofobia, desmunhecar em situações quando percebo uma possível abordagem policial. Já sei que eles se negam a revistar, encostar quando percebem que sou gay. Uso disso como estratégia para me distanciar dessa polícia. (Gabriel, 27 anos, morador de Nova Iguaçu, primeira roda de conversa coletivo EMM, dia 16 de janeiro, de 2021)

No primeiro relato, percebemos o tratamento diferenciando e negligenciado da população negra LGBTQIAP+ no acesso aos serviços primários de saúde, sem a necessidade de se identificar, é fácil realizar uma releitura de uma pessoa *cuir* e com os protocolos já definido, agentes de saúde, direcionam automaticamente pessoas LGBTQIAP+ em qualquer atendimento, para o famoso teste rápido, condicionado esse sujeito a como eles chamam de “população de risco”.

Megg Rayara de Oliveira, estudiosa de gênero e sexualidades, irá nos alertar para as categorias do negro e homossexual:

Afirmo que as categorias negro e homossexual operam para naturalizar modelos de masculinidades inspirados na cis heterossexualidade branca hegemônica. Assim as categorias preto/a e bicha emergem como possibilidades concretas de existências que colocam sob suspeita, inclusive os dispositivos de poder propostos por Michel Foucault. (OLIVEIRA, 2017, p. 19)

Já no segundo, observamos a polícia militar enquanto instituição do estado que deveria prestar um serviço de segurança a nós cidadãos. Sobretudo, percebe-se no relato da integrante do coletivo EMM o medo como sintoma na relação jovem negro e polícia militar. E como essa figura da polícia não representa segurança, mas desconfiança a esse jovem negro gay que busca se distanciar utilizando da performance de gênero como instrumento de recusa desses polícias.

Novamente, foram apontadas implicações nas vivências da bicha preta e na sua relação com o outro. Além de como se estabelecem os diálogos e as conexões com o indivíduo branco, nas andanças dos nossos corpos, dentre os espaços por onde transitam. Para Nilma Lino Gomes, este deslocamento “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana” (GOMES, 2017, p. 21). Após uma hora e meia de debate, houve conversas paralelas, que aconteceram em um descontraído bate-papo sobre relações afetivas, preterimento e as formas de subjugação do corpo preto e *cuir ou queer*. A construção da bicha preta está pautada na sua hiper sexualização ou na submissão, na pena e no medo, ancorado em sua vulnerabilidade. Quais são os valores que construímos, fortalecendo as estratégias de sobrevivência em uma sociedade branca cis hetero e patriarcal?

Acreditamos em “É menino ou menina?” como proposta para reunir e considerar juntos, juntas e jentes maneiras de fortalecer, conscientizar e ressaltar a importância de estarmos e nos mantermos vivas, dialogando.

Na obra “O Movimento Negro Educador”, Gomes (2017) propõe uma análise condizente com as práticas desenvolvidas pelo coletivo EMM. No capítulo, intitulado “O movimento Negro brasileiro como fator político”, a autora inicia o texto comentando a respeito da importância de inserção dos debates sobre as questões raciais no cenário político brasileiro, para indagar como as políticas públicas têm sido implementadas e se tem abrangido a população negra.

Dessa maneira, ela nos provoca a repensar o papel do Movimento Negro, atuando em função da visibilidade aos indivíduos que antes eram estigmatizados e marginalizados socialmente, retirando-os dessa suposta “inferioridade” que é propagada pelo racismo, oferecendo um status de empoderamento. Sobre isso, a pedagoga afirma:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização –com todas as tensões, os desafios e os limites –muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E

nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 18)

Para pensar educação e questões étnico raciais, busco como aporte teórico os estudos de Gomes (2017) ao concluir que no imaginário construído sobre os povos negros e indígenas, em nosso território, foi concebida a percepção de duas formas: em primeiro lugar como vítimas e não como sujeitos, e em segundo lugar, como seres “sem cogitos”, e por isso delegados a uma relação quase naturalista com o corpo, que facilitou a construção de imagens exóticas sobre eles.

Creio que para todos, todas e *todes* que estavam presentes, o término de nosso primeiro encontro trouxe um profundo sentimento de gratidão, e satisfação ao se perceber resistindo às adversidades, driblando as normas socialmente impostas aos nossos corpos. Segundo Paulo Freire (1996), nós seres humanos somos incompletos e precisamos uns dos outros, enquanto a educação pode ser percebida como uma forma de superar as incompletudes.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2014, p. 53).

Nesse sentido, rompe-se coletivamente com as ideologias das classes hegemônicas, propondo novas construções culturais, pensando a partir dos lugares pré-determinados a tais sujeitos *escrevientes*. Assim, deslocam-se as disposições do poder, tal como compreendidas por Stuart Hall (2009, p. 89).

Nosso procedimento metodológico parte da possibilidade de ressignificar os corpos das bichas pretas da cidade do Rio de Janeiro a partir dos processos de suas “escrevivências”. Afinal, como afirma Juarez Dayrell (1992, p. 2) “são as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas”.

O letramento racial dialoga com o movimento negro educador, ambos caminham juntos neste sentido, num processo de experiência coletiva. Portanto, este trabalho pretende aliar o conceito de “letramento de reexistência” (SOUZA, 2011, p. 15) ao termo “escrevivências” (EVARISTO, 2015, p. 23), das duas intelectuais negras Ana Lúcia Souza e Conceição Evaristo, respectivamente.

Não se trata apenas de fazer um levantamento dos estudos sobre a população negra, mas de pontuar aspectos importantes para compreender em que medida os letramentos de diversas materialidades significantes atuam como um instrumento de performance para ver e narrar a si mesmo para nós, bichas pretas.

4.4 – Coletivo EMM como um projeto pedagógico contínuo em ascensão

O coletivo EMM se fortalece a partir das experiências diáspóricas e nunca tendo feito parte dos circuitos culturais dominantes, seus repertórios são formados, simultaneamente, tanto a partir de uma herança cultural anterior ao trânsito atlântico quanto determinado pelas condições da diáspora, onde novas conexões se dão. Homi Bhabha (2001) é outro autor que reflete sobre o aspecto fronteiriço dos tempos atuais quando, na introdução do seu livro “O Local da Cultura”, declara que:

Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo ‘pós’: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo... O ‘além’ não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado (BHABHA, 2001, p. 19).

Desde então, as atividades culturais com recorte racial, estiveram emprenhadas em inventar e fundar seus próprios referenciais, sua ideia de pertencimento e até mesmo sua noção de origem e ancestralidade com o objetivo de garantir a continuidade de suas memórias e (re)existências ancestrais.

Após o período da pandemia, o contexto criou um aumento sobre a exclusão social e aos danos diários a vida da população negra LGBTQIAP+, resultantes de um histórico de discriminação e violência enraizadas em nossa sociedade.

O grupo que integra o coletivo EMM, se articulou para acionar diferentes dispositivos, numa ocupação pelos espaços institucionais e culturais da cidade do Rio de Janeiro. No dia vinte e três de julho, no Museu de História e Cultura Afro-brasileira (MUH CAB), localizado na região da zona portuária, morro da Providência. Com tema: “adé dudu”.

Nesse dia, nossa programação seguiu uma visita conduzida pelos curadores de uma exposição fixa no museu; perpassando por uma proposta de três instalações, sendo uma interativa para construção coletiva com público presente e as outras duas instalações são as mostras e resultados de vídeos-performances dos últimos encontros realizados pelo coletivo EMM.

Dia 23 de julho estará em nossas memórias com um marco histórico, pois, um grupo de bichas pretas ocuparam o museu como protagonistas de suas próprias histórias.

Visita guiada da exposição “Protagonismo: memória.orgulho.identidade” com o/as curadores Erika Monteiro, Phelipe Rezende e Stephanie Santana (2021); propomos nesse dia um bate-papo sobre a imersão no museu, nos espaços culturais e nas construções/criações artísticas na região da zona portuária; realizando uma projeção mapeada das atividades que aconteceram nos últimos encontros, uma mostras dos registros das atividades anteriores. Vídeo performance: Gabe Samuel Alves – oficina de costura: Billi & Ygor; qual a perspectiva da bicha preta? q que deixamos e o que levamos? quem cuida e protege e a bicha preta?

Nesse processo de construção coletiva confeccionamos uma linda faixa com dizeres para ser exposta no local; e ao fim encerramos, agradecendo a todas as pessoas envolvidas, a *todes* que estiveram presentes nesse dia histórico. Para fechar com chave de ouro, refletindo o corpo como instrumento político, propusemos uma oficina de dança afro com o coreógrafo e professor Luciano Caetano.

As experiências de aquilombamento no campo da cultura podem ser entendidas a partir de uma agenda política, uma vez que, através das ações culturais desenvolvidas, articula-se também a desconstrução de imaginários hegemônicos e a construção de novas políticas de representação social, como sinaliza o autor Victor Vich (2015). Segundo ele, “trata-se, sem nenhuma dúvida, de continuar fomentando a livre produção cultural em suas múltiplas expressões, mas de tentar organizá-la de acordo com os propósitos envolvidos com a dinâmica social”.

Os impactos da pandemia, refletiram no modo em que os movimentos sociais se articularam para manter-se de pé, numa construção recente e crua, o coletivo EMM buscando por direcionamento e suporte ao longo de sua construção, colaborou e apoiou outras instituições já existentes. Nesse viés, descobrimos que realizar atividades ao ar livre, possibilita o deslocamento e a presença de *todes* aqueles que desejem participar.

Após passarmos por uma rajada de situações complexas que diziam respeito ao coletivo, e ao individual, superamos finalmente o COVID-19, levantamos a cabeça e

seguimos em frente, propondo atividades e encontros. A “agenda 2023” surgiu como um cronograma de atividades que poderiam ser antecipadamente planejadas, confraternizando com o encerramento do ano de 2022, no Bar da Jura, no Morro da Providência, parte de cima do teleférico (que hoje não funciona). Nesse ambiente, pensamos as propostas que seriam articuladas nas atividades a seguir.

Considerando que a produção da cultura está fundamentada em um conjunto de saberes atravessados por relações de poder e seus regimes de visibilidade e verdade (LIMA, 2018), a experiência do *aquilombamento* se confirma de modo insurgente uma vez que é capaz não só de criar e visibilizar referências não contempladas nos circuitos culturais e artísticos de representação tradicionais, mas principalmente de construir estratégias que operem a favor das transformações das estruturas sociais nos territórios. A curadora Diane Lima contribui nesse sentido ao afirmar que:

Diante da sistemática opressão e da condição cativa, negociava-se os sopros de vida para agir às escondidas e organizar formas de comunicação que, codificadas nas manifestações, estavam a serviço de resistir à violência, expressar sentimentos e criar táticas de levante e rebelião. Assim se fez o samba, a capoeira, os reinados, os congados, os batuques, os sistemas mítico-religiosos, as danças, os folguedos, as brincadeiras e todo um rico sistema cultural que continua a se atualizar de diversas formas no contemporâneo. (LIMA, 2018, p. 6)

Ao percebermos que a proposta metodológica do coletivo EMM, fincada em rodas de conversas e oficinas interativas dão outro sentido aos nossos encontros, propomos cada vez mais atividades nesse formato. Nossa última atividade realizada foi proposta com um questionamento feito por todo grupo: “porque só no reunimos no centro da cidade?”. Foi sugerido então que saíssemos do centro e da zona sul, descentralizando e propondo um deslocamento de todo grupo para zona norte, quando em consenso decidimos que nosso próximo encontro aconteceria no parque Madureira, espaço aberto, público, com fácil acesso as outras regiões da cidade. Madureira também é “nossa centro”, o que possibilita a ida de tantos *outros* colegas que, desde então, não estiveram nos encontros anteriores que foram no centro do Rio de Janeiro).

Pensamos então, num primeiro momento, em um diálogo sobre “Histórias de Terreiros”, com o Sacerdote Arthur Avellar de Xangô, que nos surpreendeu com um debate sobre “o acolhimento a pessoas trans e travestis nas casas de terreiro de umbanda”. Isso nos provocou a refletir que há conflitos dentro das comunidades negras e que essas discussões que o coletivo fomenta precisam alcançar espaços que ainda discriminam, excluem e afastam.

O encontro aconteceu no dia 22 de abril de 2023, com uma programação completa e muita instigante. Atraímos um grupo de 20 jovens negros LGBTQIAP+ para os gramados do Parque Madureira, saída quatro, próximo à pista de skate, em um campo de visão público e aberto. Para este encontro, travamos conversas e oficinas relacionadas às ancestralidades e ao futuro, provocando os sentidos e modos de viver o agora, nesse contexto, condicionado a uma diferença geracional.

Posteriormente, houve uma conversa descontraída sobre “lugares de afeto”, pensando os corpos em seus territórios, em suas disputas e suas afetividades. Convidamos a artista e militante Nane Vieitas, que conduziu uma oficina chamada “corpo natureza”, nos colocando em conexão com aquilo que temos de mais sagrado, a natureza, propondo uma dinâmica de massagem e relaxamento, voltados para a percepção do toque do outro.

Seguimos com outras duas oficinas, a primeira foi de perna-de-pau (“descobrindo a origem da perna de pau”), com Pedro Máximo, que vem realizando um trabalho de resgate da história do artefato da perna-de-pau, apresentando ao grupo as pernas e os modos de utilizar, afirmando que a perna-de-pau seria um “recurso ancestral”.

Pensar um novo lugar de enunciação das atividades artísticas e culturais a partir de um posicionamento engajado não é inaugural. Assim como pensar um novo lugar de enunciação das atividades artísticas e culturais a partir de um posicionamento engajado não é inaugural no sentido de entender a cultura na atualidade como agente político. O fenômeno acima denomina-se “organização do acontecimento” e pode ser mais bem compreendido quando destacamos a criação dos quilombos, territórios de organização social alternativa à sociedade colonial escravocrata que, ainda nos dias de hoje, inspira estratégias de articulação de comunidades e “núcleos de resistência” de homens e mulheres negras.

Os movimentos sociais na virada da última década reivindicaram, ostensivamente, para além do direito de existir, a conquista de direitos sociais de segunda dimensão na instauração de um estado democrático de direito para o movimento negro e comunidade LGBTQIAP+.

O ato de estarmos reunidos em favor do mesmo propósito trouxe-nos a sensação de segurança, representatividade e conforto, acredito que essas são as premissas e resultados mais consistentes da pesquisa, que o Estado não é capaz de nos proporcionar quando circulamos pelas ruas da cidade. Por isso, logo de início percebemos a necessidade de não desistirmos de manter os grupos ativos, interagindo, trocando vivências e saberes que podem despertar o interesse do outro por si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que estamos vivendo é uma reorganização das ordens vigentes ou, ao menos, um tensionamento sobre essas ordens, seja no aspecto político, econômico ou social. Tudo está em jogo e em processo, até mesmo a construção das epistemes que buscam refletir sobre a construção do coletivo no período da pandemia do COVID-19, dentro de um espaço de letramento racial. Nesse contexto, o campo artístico e cultural desempenha um papel fundamental.

Busquei neste texto apontar para minha experiência de vida, contextualizando a escolha do tema e reforçando como chego nessas reflexões, trazendo apontamentos realizados durante o percurso da escrita. Ao fazer uma releitura das masculinidades negras, me debruço sobre autores negros e afro-diaspóricos que fundamentam tal discussão, resgato a imagem de Madame Satã, como ícone da cultura negra e *cuir* brasileira em terras fluminenses, afirmando com as ideias de Audre Lorde (1981) que “não existe hierarquias de opressões”.

Ao analisar as performances narrativas de algumas bichas pretas integrantes de um coletivo negro LGBTQIAP+ da cidade do Rio de Janeiro, observo relatos de experiências pessoais que se cruzam entre as diferentes narrativas. Realizo um estudo etnográfico sobre as questões que permeiam a performance de gênero e sua relação com coletivo negro e *cuir* em ascensão. Busquei analisar um áudio de uma roda de conversa do coletivo EMM, a fim de compreender as atividades de performance artística e uma oficina de costura como instrumento pedagógico.

Ao analisar que vivemos sobre uma norma branca, hetero, cis e classe média, é possível confirmar que qualquer outra expressão ou performance de masculinidade que não corresponda à ideia racista de “homem negro viril”, frequentemente causa às bichas pretas, em diferentes graus, um sentimento de rejeição vindo de seus grupos de sociabilidade. Entretanto, gostaria de relembrar que esses sujeitos, mesmo lidando com os resultados deveras intensos da dicotomia colonial em seus pensamentos, estão, ao mesmo tempo, vivendo suas vidas, sendo eles mesmos e trilhando um caminho lindo.

Ao considerarmos o contexto político brasileiro atual, percebe-se nitidamente o desenho de um campo de batalha: na mesma medida em que assistimos, nas últimas décadas, a um avanço no que tange à conquista e instituição de direitos por grupos subalternizados, segundo a escritora Souto (2020, p. 20) também “vivemos agora uma reação contra esses avanços, na tentativa de manter o status de privilégios e desigualdades que historicamente estruturaram a sociedade brasileira”. Isso é protagonizado por setores sociais conservadores do país.

Na linha de frente, em defesa desses direitos, encontram-se grupos identitários identificados como subalternos ou minoritários. São eles os movimentos negros, LGBTQIAP+, comunidades indígenas e quilombolas, pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para refletir acerca do presente se faz imprescindível considerar a corrente pós-colonial de pensamento, que tem apontado perspectivas interessantes. Stuart Hall (2003), por exemplo, considera que “o pós-colonial sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e das especificidades nas grandes narrativas generalizadoras do pós-iluminismo eurocêntrico” (HALL, 2003, p. 103).

Na perspectiva das periferias e das insurgências que a partir delas são inauguradas, Grada Kilomba (2019), escritora e artista interdisciplinar portuguesa, recorre ao pensamento de Bell Hooks, teórica feminista estadunidense, para discorrer sobre a margem e o centro.

Grada Kilomba afirma que, segundo Bell Hooks, “estar à margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal” (2019, p. 67) e complementa afirmando que a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade (2019, p. 68). Ou seja, a situação de escassez de recursos das mais diversas ordens é também lugar de potência, pois, como resume a autora, a opressão forma as condições de resistência.

Formar um círculo, sem que se demarque o início ou o fim do grupo, propõe continuidade e colabora fisicamente para que percebamos o outro, que está posicionado ao nosso lado, de maneira diferente. Posto isso, estimulamos as distintas performances e falas. Ao olharmos e ouvirmos atentamente, percebemos que a voz é um elemento de mecanismo e natureza sociopolítica, essencial para análise das narrativas, assim como todo o corpo, que por si só já abarca emoções diversas e comportamentos distintos que permeiam ao nosso redor.

É importante reforçar que as oficinas proporcionadas pelo coletivo, as rodas de conversas, assim como as atividades programadas, surgiram e se mantém como nosso principal canal de comunicação com os integrantes. Desse modo, é possível analisar e acessar os dados socioeconômicos, educacionais, relacionados à saúde, entre outras abordagens que foram relevantes para compreender a construção das performances de narrativa e de gênero, bem como todos os assuntos que se desdobram nessa pesquisa.

Ao me direcionar de modo em que as relações sejam interseccionadas entre orientação sexual, identidade de gênero, consciência racial e subjetividade, noto uma relevância em apontar como as emoções e os afetos foram chaves de compreensão fundamentais para esta pesquisa (considerando o período histórico epidêmico que estávamos vivenciando, COVID-19).

Ressalto que as relações afetuosa têm capacidade de desestabilizar a noção universalista de experiência humana, como proposto por intelectuais decoloniais das mais diversas áreas do conhecimento, como Bell Hooks (2020). Também justifico essa ressalva acerca das emoções tendo em vista as múltiplas vulnerabilidades que a bicha negra e os corpos negros LGBTQIAP+ estão sujeitos, pois para nós até o desejo e o afeto se configuram permeados pela colonização.

Colonização que não usa da força física e opera nas entrelinhas, se impregna em nossas mentes tentando romper com nossos sonhos. Assim, internaliza tanto em mim como em outros gays negros valores que de uma certa maneira (re)afirmam nossa dominação, introjetam uma certa inferioridade em nossas subjetividades e que precisam urgentemente serem compreendidos.

Vimos como são múltiplas as maneiras pelas quais a “epidermização” do racismo (FANON, 2008, p. 28) causa impactos substanciais na percepção que homens, gays e bichas negras e negras têm de si mesmos, limitando sua atuação enquanto indivíduo e ser social, já que o mesmo está acoplado a tecnologias coloniais de dominação que, simbioticamente ligam, fundem sua identidade étnico racial à suas performances de gênero e sexualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, CARLA. *Interseccionalidade*. São Paulo, 2019.
- AUSTIN, JOHN. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- BARNARD, I. *Queer race: cultural interventions in the racial politics of queer theory*. New York: Peter Lang. 2004.
- BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: CUP. 1986.
- BHABHA, H. Day by Day... with Frantz Fanon. In: *The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation*. Alan Read (ed.). Seattle: Bay Press, 1996.
- _____. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. V.I, II. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.
- BRAGA, Charlotte Wescla Vasconcelos. A Luta político cultural de artistas travestis e transexuais no cenário do Rio de Janeiro. (Mestrado em Cultura e Territorialidades) Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. 2021.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu* (43), julho-dezembro de 2014, P. 449.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- CAETANO, R. V; TEIXEIRA, M. S; JUNIO; P. M. S. Bichas Pretas e Negões: Seus fazeres curriculares em escolas das periferias". *Revista Teias* vol.20 no.59 Rio de Janeiro out./dez 2019. Epub 21-Jan-20.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1998.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abril de 2013. Disponível em e acesso em 10 de maio de 2023.
- _____. *Southern theory: the global dynamic of knowledge in social sciences*. Cambridge, Polity, 2007. Part 1. Northern Theory, p. 1 – 68.
- DERRIDA, J. Signature event context. In: _____. *Limited inc.* Evanston: Northwestern University Press, 1988. p. 1-23
- EAGLETON, T. Ideologia (L. C. Borges & S. Vieira, Trads.). São Paulo: Boitempo. 1997.
- EVARISTO, Conceição. Escrevivência. 2016. Link: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/>. Acessado em: 28 de julho de 2023.

- _____. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- _____. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-eetnia-uma-escrevivencia-de.html>. Acessado em: 7 jun. 2023.
- _____. Mulheres no mundo – etnia, marginalidade, diáspora. João Pessoa: Idea/Editora Universitária – UFPB, 2005. p. 20-121
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras. 2022.
- _____. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro. Ed. Fator, 1983;
- _____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e representação. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 291-308.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização Roberto Machado. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p. (biblioteca de Filosofia e história das ciências)
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*; Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque; 11.ed. Rio de Janeiro: Graal 1988. 152 p. v. 1. Tradução de: *Histoire de La sexualité 1: la volonté de savoar*
- FRASER, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In J. Souza (Org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 245- 282). Brasília, DF: Ed. da UNB.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 57ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRIEDMAN, David M. *Uma mente própria: história cultural do pênis*. Tradução: Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 10-112.
- GOFFMAN, E. *Performances: Belief in the part one is playing*. 1959. In: BIAL, H. (Org.). *The performance studies reader*. New York: Routledge, 2004. p. 59-63.
- GALINDO, J. (1987). “Encuentro de subjetividades, objetividad descubierta. La entrevista como centro de trabajo etnográfico”, en: *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas* [en línea]. ISSN: 1405-2210. Disponible en: Fecha de consulta: 12 de marzo de 2019.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo, In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- _____. (1979d). *Racism and its effects in Brazilian society (mimeo, Women's Conference of Human Rights and Mission; Veneza, 24-30 de junho, 1979)*.
- GRADA. Kilomba. A Máscara. Trad. OLIVEIRA, Jessica. In: *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180, 2016.
- _____. Quem pode falar? In: *Memórias da Plantação: Episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-70
- GREEN, James. O pasquim e Madame Satã, A “rainha” negra da boemia brasileira. Topoi, v.4, n.7, julho-dez 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/kKNMXYvLP6cZGbVnCgKzqxD/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 03 março 2023.
- HALL, S. (2000). “*Quem precisa de identidade?*”. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, en: Silva, T. T. da (Org.) Hall, S.; Woodward, K. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 103-133, [1996] 2000. Disponível en: Fecha de consulta: 16 de marzo de 2019.

- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- _____. *Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*. In: SOVIK, Liv (Org.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-48.
- _____. *Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite*. In: SOVIK, Liv (Org.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.p. 95-122.
- _____. *Que “negro” é esse na cultura negra?* In: SOVIK, Liv (Org.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 317-332.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009.
- HEIBRON, M. L. (2000). Violência e mulher. In G. Velho & M. Alviti, *Cidadania e violência* (pp. 90-99). Rio de Janeiro: Ed. da UFPRJ.
- HENRIQUE, C. Reconstrução: uma abordagem sócio-histórica sobre o racismo à brasileira. *Revista Urutágua, Maringá*, n.12, p.01-11, abr./maio/jun./jul. 2007. Acesso em: 11 nov. 2012.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes. 2020.
- IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev Esc Enf USP*, v. 35, n.2, p.121, jun, 2001.
- JESUS, JAQUELINE GOMES DE. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termo*. Brasília: Autor. 2012.
- LACAN, Jacques (1957-58). As formações do inconsciente. O seminário. Livro 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- LIMA, Diane. Não me aguarde na retina: a importância da prática curatorial na perspectiva decolonial das mulheres negras. *SUR* 28, 2018.
- LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo, 1981. Disponível em: <https://we.riseup.net/radfem/usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo-audr>
- _____. *There is no hierarchy of oppression*. In: *Dangerous liaisons: blacks, gays and the struggle for equality*, ed. Eric Brandt. *I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde*. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 156-157, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997.
- _____. *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOXLEY, James. *Performativity*. Londres: Routledge. 2007.
- LUGONES, María. *Heterosexualism and the colonial/modern gender system*. Hypatia, 22 (1): 2007, p. 186-209.
- MARCIO, Caetano; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. (Orgs.). *De guri a cabramacho: masculinidades no Brasil*.1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.
- MCCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender, and sexuality in the colonial contest*. London: Routledge, 1995
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809- 840, Dec. 2008. Acesso em 22 de junho de 2020.
- MELO, Glenda C. V.; MOITA LOPES, L. P. As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros na Orkut. *Delta*, São Paulo, v. 29, n. 2, 2013, p. 237-265.

- _____. *The narrative performance of the player Ronaldo as a sexual phenomenon in a Rio de Janeiro newspaper: multimodality, positioning and iconicity.* ANPOLL Magazine, Florianópolis, v.27, p.129-160, 2009.
- _____. *On being white, heterosexual and male in a brazilian school: multiple positionings in oral narratives.* In: FINNA, A. de; SCHIFFRIN, D.; BAMBERG M. (Org.). *Discourse and identity.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 288-313.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos.* São Paulo: Ática, 1986.
- NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo.* Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Esmael Alves de. De guri a cabra-macho (Resenha). Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 8 (16): 361-366, janeiro a abril de 2021. ISSN: 2358-5587.
- OLIVEIRA, Megg Rayra. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.* Curitiba: Prisma, 2017.
- PENNYCOOK, Alastair. *Global Englishes and Transcultural Flows.* Londres e Nova York: Routledge. 2007.
- PINHO, Osmundo. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, AO and SANZONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 257-283. ISBN 978-85-232-1225-4. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254-10.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2023.
- PINTO, I. V.; et al. Perfil das violências notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil, 2015 a 2017 *Profile of reported violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexuals and Transsexuals notified in the Brazilian National Information System on Notifiable Diseases (SINAN), Brazil, 2015-2017.* REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA, v. 23, p. 1-13, 2020.
- SILVA JUNIOR, P. Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares: um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar. Tese (Doutorado em Educação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia grafite, música, dança: HIP-HOP.* São Paulo: Parábola Editorial. 2011.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Heloisa Buarque de Holanda. (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.* 1^aed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, v. 01, p. 371-387.
- SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? Labrys. Estudos Feministas (Online), v. 11, p. 45, 2007.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter.* Rio de Janeiro: Record. 2001.
- SODRÉ, M. *Claros e escuros.* Rio de Janeiro: Vozes. 1999.
- SOMMERSVILLE, S. B. *Queering the color line: race and the inventions of homosexuality in American culture.* Durham: Duke University, 2000.
- SOUZA, Rolf Ribeiro. As representações do homem negro e suas consequências. Revista Fórum Identidades, Ano 3, Vol. 6, pp. 97-115, 2009.
- SULLIVAN, N. *A critical introduction to queer theory.* New York: New York University Press, 2003.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2003.
- THORNBORROW, J.; COATES, J. *The sociolinguistics of narrative: identity, performance, culture.* In: THREADGOLD, T. *Performing theories of narrative: theorizing narrative performance.* In: THORNBORROW, J.; COATES, J. *The sociolinguistics of narrative.* Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 261-278.

- _____. *The sociolinguistics of narrative*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p.1-16.
- WILCHINS, R. *Queer theory, gender theory: an instant primer*. Los Angeles: Alyson Books, 2004, p. 103-222.
- VICH, Victor. Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, ao 5, n. 8, 2015.
- ZACCARELLI, Laura Menegon; GODOY, Arilda Schmidt. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. In: Scielo - Cad. EBAPE.BR, v. 8, n. 3, Rio de Janeiro. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 10, Rio de Janeiro, set. 2010.
- ZAMBONI, J. Educação bicha: uma a(na)rqueologia da diversidade sexual. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BIBLIOGRAFIA INTERNET

GLOBO, G1. Matéria publicada online – Evasão Escolar, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghml>
<https://docs.google.com/document/d/1Q9bCUnrheVH2ekk3l9lSLsGA>
rHwRWhz/edit?usp=sharing&ouid=104528840511803097694&rtpof=true&sd=true.
Acessado em 04/05/2023.

UOL, Notícias. Tema gênero: Glossário de Gênero. Disponível online em:
<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-termos-cis-trans-binario.htm?cmpid=copiaecola>> Acessado em 04/07/2023.

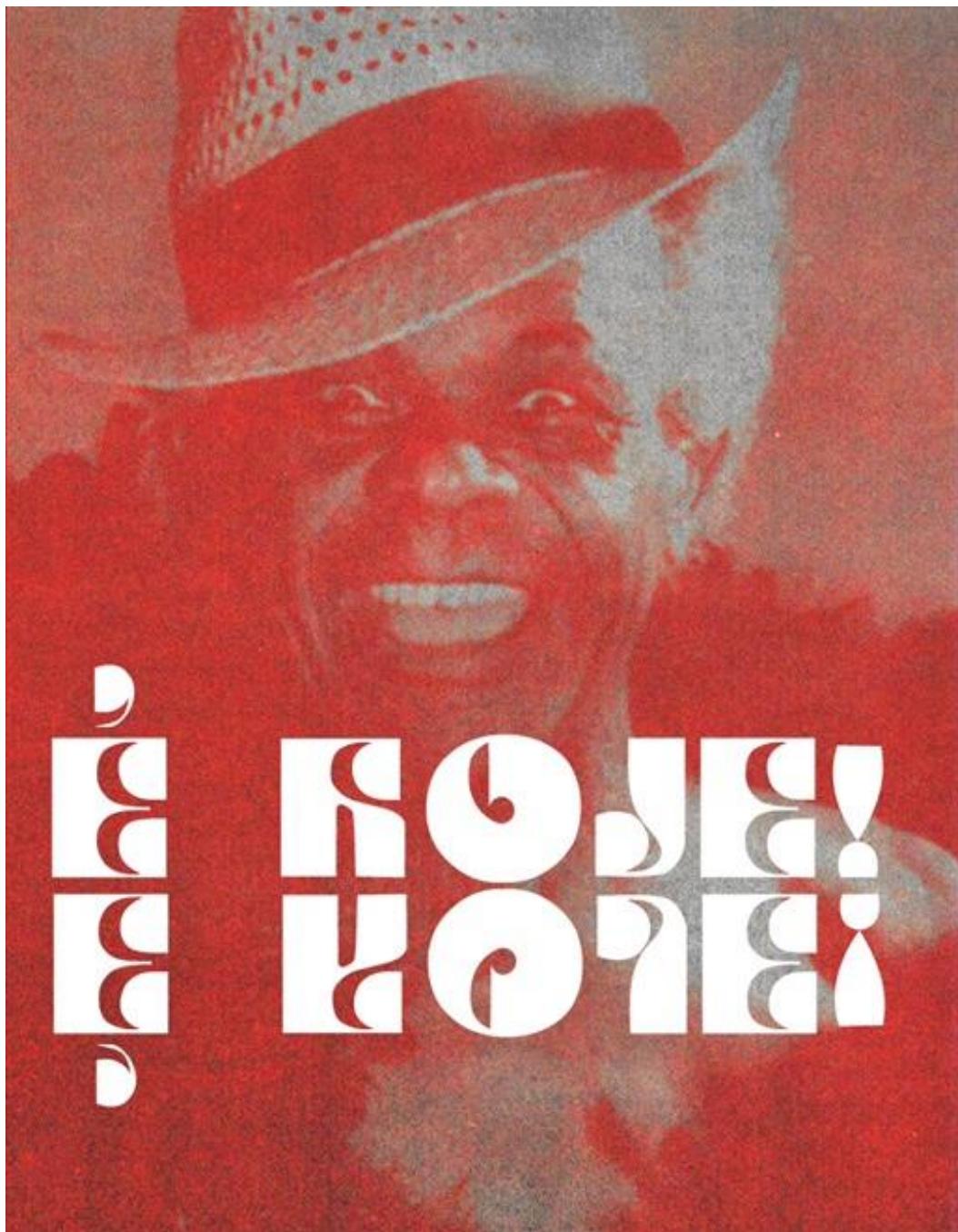
ANEXOS

Anexo I

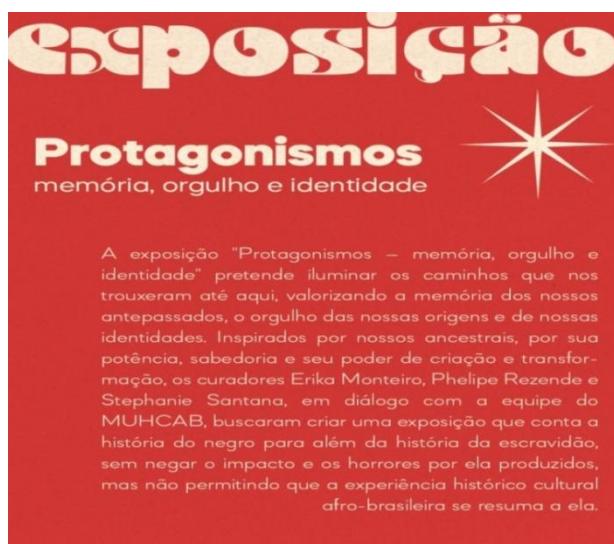
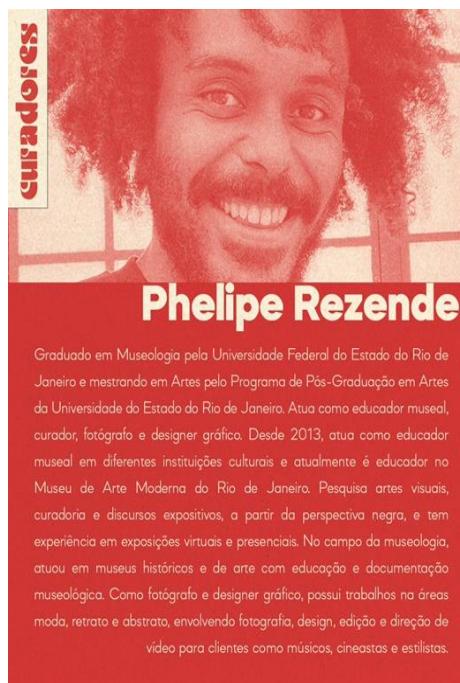
- Folders



(Figura 8 – Programação Evento do Coletivo EMM – MUHCA – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, um fly divulgação com a data de 23 de julho de 2021 e horário da 16h00, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro)



(Figura 9 – “É HOJE” com fundo de Madame Satã, com atividade do Coletivo EMM – MUHCA – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, um flyer de divulgação, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro).



(Figura 10 – Erika Monteiro, curadora exposição no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, convida para atividade do coletivo EMM no ano de 2021);

(Figura 11 – Phelipe Rezende, curador exposição no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, convida para atividade do coletivo EMM no ano de 2021);

(Figura 12 – Stephanie Santana, curadora exposição no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, convida para atividade do coletivo EMM no ano de 2021).

(Figura 13 – Exposição “protagnosimo”, curadora exposição no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, convida para atividade do coletivo EMM no ano de 2021).



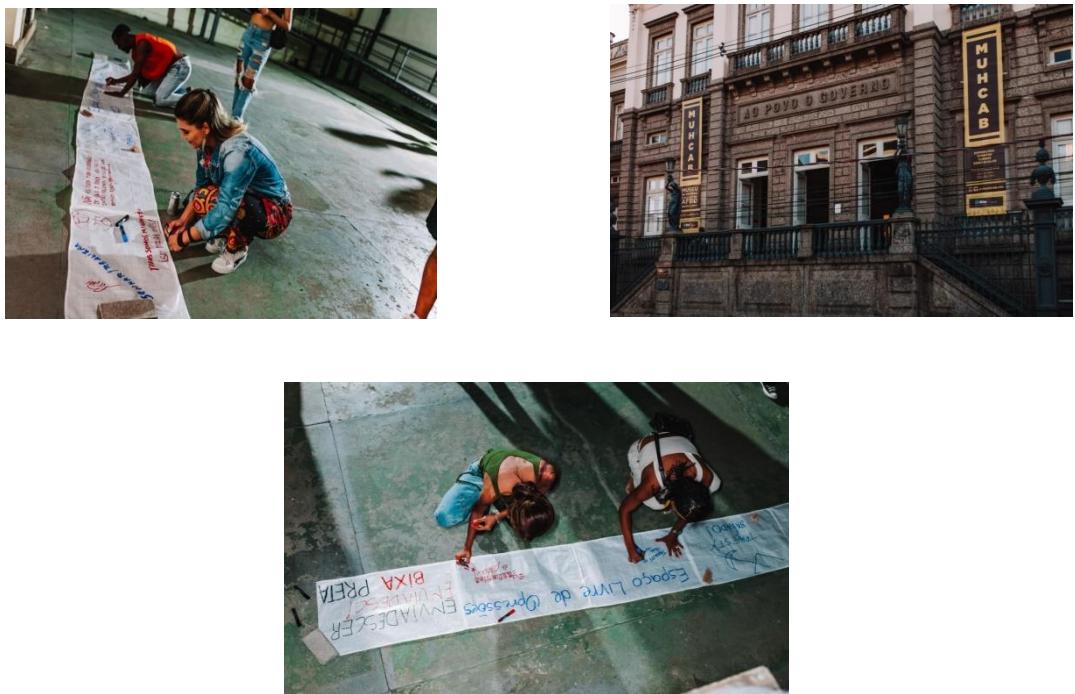
(Figura 14 – Gabe Samuel Alves, artista atividade do coletivo EMM no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, no ano de 2021)

Anexo II

- Fotos

(Figura 15 – Caten, artista convida para oficina de Dança, atividade do coletivo EMM no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, no ano de 2021);





(Figura 16 – Fly divulgação mostra da Oficina de Costura, atividade do coletivo EMM no MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, no ano de 2021).

Figuras 17 – Conjunto de Imagens da construção da “Faixa” na atividade realizada pelo coletivo EMM, na segunda imagem é o prédio do MUHCAB – Museu de História e Cultura Afro-brasileira, no Bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, no ano de 2021);

(Figura 18 – Foto do 4º encontro coletivo EMM, no ano de 2023, Bar da Jura, Morro da Providência – RJ).



(Figura 19 – Foto do 5º encontro coletivo EMM – Bate papo com Sacerdote Arthur Avellar de Xangô, no ano de 2023, Parque Madureira, Zona Norte – RJ)



(Figura 20 – Foto do 5º encontro coletivo EMM – Oficina corporonatuREZA com Nane Vieitais, ano de 2023, Parque Madureira, Zona Norte – RJ)



(Figura 21 – Foto 5º encontro coletivo EMM – Oficina “perna de pau” com Pedro Máximo, ano de 2023, Parque Madureira, Zona Norte – RJ)



(Figura 22 – Foto do bate papo - 5º encontro coletivo EMM, ano de 2023, Parque Madureira, Zona Norte – RJ)



(Figura 23 – Foto da Moção Honrosa – Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, mandato Taina de Paula, 18 de novembro de 2021- RJ)

Anexo III

- Formulários

INSTRUMENTO
1- CHECKLIST DE ELEGIBILIDADE (Jovem, Gay, Negro, pardo, 18-29 anos, residente da cidade do Rio de Janeiro);
2- INFORMAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS, OCUPAÇÃO E MOBILIDADES;
3- CONHECIMENTOS SOBRE POPULAÇÃO / COMUNIDADE LGBTQIAP+;
4- ACEITAÇÃO / SUPORTE;
5- PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA;
6- ESCOLARIDADE, ATUAÇÃO;
7- CONHECIMENTO SOBRE RACISMO;
8- ACESSO AS MÍDIAS DIGITAIS.

(Anexo I – Instrumento roteiro proposto na primeira roda de conversa do coletivo EMM – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2021)

1. Em sua experiência vida, você já enfrentou alguma situação de racismo e/ou homofobia?
2. Nos conte, quando foi a primeira vez que você percebeu que era negro?
3. Sobre a orientação e identidade de gênero, quando e como foi “sair do armário”?
4. Qual seria os maiores obstáculos para que você alcance seus objetivos?
5. Na sua opinião, qual importância de pesquisas e estudos realizados com a população negra LGBTQIAP+?

(Anexo II – Perguntas pré-elaboradas proposta na primeira roda de conversa do coletivo EMM – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2021)

1 ^a	NOME		
2 ^a	IDADE		
3 ^a	ORIENTAÇÃO SEXUAL		
4 ^a	ESCOLARIDADE		
5 ^a	AREA DE ESPECIALIDADE		
6 ^a	ONDE CRESCEU		
7 ^a	ONDE VIVE		
8 ^a	COM QUEM VIVE		

(Anexo III – Formulário proposto na primeira roda de conversa do coletivo EMM – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2021)